



Índice

- 01** Reunidos em homenagem a Sepé Tiaraju, povo Guarani Mbya reafirma sua força na luta pela terra sem males
- 02** Quilombo do Amazonas recebem o certificado da Fundação Cultural Palmares
- 03** Quilombo de Capim Puba vive situação calamitosa
- 04** Estado de Santa Catarina tem 30 dias para retomar obras em escola indígena
- 05** Aikewara: a história de um povo escravizado e quase extinto pela ditadura
- 06** Indígenas bloqueiam acesso ao canteiro de obras de Belo Monte
- 07** Ninguém os ouviu
- 08** Coordenação Regional Xavante executa projeto cultural apoiado pelo Museu do Índio
- 09** Azambuja diz que 'conflito de terras' começa a ser resolvido após o Carnaval
- 10** Livro sobre massacre indígena na ditadura militar é lançado em Roraima
- 11** Advocacia-Geral realiza acordos entre índios e fazendeiros no sul da Bahia
- 12** Gestão e acadêmicos discutem rumos da Educação Indígena na Unemat
- 13** Abertas chamadas públicas para produtores indígenas
- 14** Morre "seo" Domingos, o símbolo da luta quilombola
- 15** Campanha orienta ribeirinhos do Baixo Madeira sobre proteção à crianças e



adolescentes

- 16** 'A PEC 215 ameaça todos os segmentos sociais', diz o antropólogo Gersem Baniwa
- 17** PEC 215: mais uma ameaça aos direitos quilombolas
- 18** Indígenas bloqueiam acesso a canteiro de obras para cobrar dívida de Belo Monte
- 19** Protesto de índios chega ao 2º dia em estrada de acesso à Belo Monte
- 20** Primeiro vereador indígena do ES toma posse em Aracruz
- 21** Primeiríssima necessidade
- 22** Indígenas ameaçam novo bloqueio na Br-163, no nortão de MT
- 23** Câmara aprova proposta que diminui burocracia para pesquisa científica
- 24** Pesquisadores defendem conhecimento de populações tradicionais no FSMBIO 2015
- 25** Câmara aprova texto-base de regras para pesquisa do patrimônio genético
- 26** Chalanas e comitiva levam assistência jurídica e social no Estado
- 27** Projeto de lei que viola direitos de povos e comunidades tradicionais volta a ser discutido no Congresso Nacional
- 28** Tenho sede, por Antonio Claret Fernandes
- 29** Câmara aprova texto principal de projeto sobre recursos genéticos com retrocessos
- 30** Encontro debate divulgação dos Jogos Indígenas no exterior



Reunidos em homenagem a Sepé Tiaraju, povo Guarani Mbya reafirma sua força na luta pela terra sem males

SÍTIO CIMI, 09.02.2015

Carta aberta do povo Guarani Mbya!

Em memória dos 259 anos da morte de Sepé Tiaraju o Povo Mbya reafirma sua força na luta pela terra sem males!

Nós, filhos e filhas do povo Mbya Guarani, representantes de mais de 25 aldeias que se encontram espalhadas por todo estado do Rio Grande do Sul, estivemos reunidos entre os dias 05 e 07 de fevereiro de 2015 na cidade de São Gabriel/RS para celebrar o 9º encontro em memória da morte de nosso grande líder Sepé Tiaraju e os mais de 1500 guerreiros massacrados pelos exércitos da Espanha e Portugal no dia 10 de fevereiro do ano de 1756.



Escrevemos esta carta para avisar o Governo e o Estado Brasileiro que aqui estamos em luta. Para dizer que seguimos vivos, munidos de nossa fé e de nossa força e que continuamos nos encontrando para fortalecer nossas lutas e nossa resistência contra todas as ações e ofensivas aos nossos direitos. Que mesmo contra a vontade dos setores dominantes, deste Governo e deste Estado, que se esforçam para acabar com nossas terras, seguimos reafirmando que estamos cada vez mais fortes em nossa espiritualidade e na defesa da vida de nossas antigas e de nossas futuras gerações.

Denunciamos que assim como no tempo de Sepé Tiaraju, que tombou lutando por nosso povo, hoje enfrentamos igual destino. O governo Federal junto com o agronegócio, empresários, fazendeiros e outros exploradores insistem em continuar com o projeto colonizador. Ao radicalizar sua posição baseada no desenvolvimentismo, no agro-extrativismo e na exploração da natureza, radicaliza também sua investida contra os povos indígenas atacando nossos direitos constitucionais, tomando nossos territórios e criminalizando nossas lideranças.

CONT.



Por longos anos, em nome de uma ideia de propriedade privada que destrói a vida, o Jurua – branco – botou cercas e cadeados em nossas terras e agora o governo coloca cercas e cadeados em nossos direitos. A PEC 215-2000, o PL 227-2012, a portaria 303-2012 da Advocacia Geral da União e as posições e decisões da segunda turma do Supremo Tribunal Federal contra a demarcação de nossas terras são exemplos destes cadeados e das armadilhas contra nossa vida e o modo de ser Guarani Mbya. Através destes golpes entendemos que, após a paralisação das demarcações de nossas terras, tanto o poder Legislativo quanto o Executivo querem acabar com nosso direito mais caro, o de sermos nós mesmos e vivermos nossa própria cultura. Não bastassem as violências praticadas por fazendeiros, grileiros e pelo governo, agora o próprio Poder Judiciário passou a apontar a revisão de alguns territórios já demarcados de nossos parentes no Mato Grosso do Sul baseado em um ataque que estão chamando de Marco Temporal, onde se estabelece como limite para demarcar nossas terras o ano 1988, quando a atual Constituição Federal foi promulgada. Isso é mais um absurdo jurídico que querem impor contra nossos direitos originários.

O resultado desta política é desastroso: são décadas de descaso com nossos velhinhos que andaram gastando seus pés por este chão, criando seus filhos em beiras de rodovia, debaixo das lonas pretas, vendo com seus olhos tanta terra espalhada por este estado gigante, mas sem poder, com suas mãos, semear a terra e, junto ao broto novo, sentir pulsar também a cultura viva. É este o resultado da política de nossos governantes que escolhem o agronegócio e a morte ao invés de respeitar a própria Constituição e gerar políticas que defendem a vida, direito que temos e que queremos imediatamente. As leis estão no papel enquanto os Mbya estão na beira das estradas. Exigimos que elas deixem o papel para que nossa vida deixe de ser apenas um sonho distante.

E agora, para piorar, querem acabar com o pouco que nos resta. Com o desenvolvimentismo vêm as rodovias e deixamos de ter até mesmo a beira das estradas, muitas vezes última possibilidade de estarmos perto de nossos territórios tradicionais. Em âmbito nacional estes mesmos ataques se expressam contra nossos parentes na forma da construção de barragens, hidrelétricas, redes de transmissão de energia e outros caprichos de um modelo de desenvolvimento e progresso que consome a terra, as matas, os rios e a própria vida. Sabemos que a mineração é apontada como o próximo passo de exploração definitiva de nossas terras e, para isso, o Governo já prepara novas regras e códigos para mudar as leis que protegem a natureza para com isso poder depredar todo o meio ambiente e o que sobrou de nossos territórios.

Os nossos direitos a uma saúde diferenciada estão sendo igualmente ameaçados. O governo federal pretende entregar o dinheiro da assistência em saúde para empresas privadas, muitas delas ligadas aos inimigos dos direitos indígenas. É de conhecimento público que a assistência em saúde está quase abandonada e o resultado disso tem sido a morte de nossas crianças. A intenção do governo federal é a de criar o INSI – Instituto Nacional de Saúde Indígena. Nós, através de nosso distrito sanitário, já nos manifestamos contra esta proposta e sabemos que a maioria dos povos indígenas do Brasil também não concorda com esse Instituto. Nós queremos o fortalecimento da Sesai e que nossas comunidades possam acompanhar e participar das

CONT.



ações e serviços de saúde. Mas lá em Brasília, longe de nossa realidade, de nossas vidas eles seguem nos golpeando e querem aprovar na marra este absurdo.

Queremos dizer ainda que as políticas de compensação pelas duplicações das estradas através de compra de pequenas terras são frutos de nossa luta. E que estas conquistas melhoraram um pouco as nossas vidas, trazendo um alívio imediato, especialmente para nossas crianças e nossos velhinhos. Agora temos tido condições de viver minimamente nosso Nande Reko. Mas sabemos que quando os filhos de nossos filhos vierem sobre a terra, estas terras serão insuficientes e que por isso estaremos lutando permanentemente pelos nossos territórios ancestrais, aqueles que nosso coração nunca esquece e que acompanha nossos passos.

Alegrou-nos muito a presença de nossos parentes Guarani Nhandewa do Paraná e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Reafirmamos nosso compromisso de estarmos firmes e sempre juntos nas lutas pelos nossos direitos e contra as práticas de violências e discriminação que os Jurua promovem contra nossos povos e nossas culturas. Juntos nós caminharemos e romperemos com as cercas e os cadeados que prendem e impedem as conquistas e garantias dos nossos direitos.

Por fim, exigimos – enquanto povo Guarani Mbya – que nossas terras sejam imediatamente demarcadas e nossos direitos constitucionais mantidos e assegurados. Lutaremos com todas as nossas forças, com nossas armas físicas e espirituais, para que isso aconteça. Com Ñhanderu entoaremos nossos cantos sagrados e continuaremos balançando nossos Mbarakas. Assim faremos a defesa do nosso direito originário de vivermos em nosso Tekoá.

Anunciamos, neste, que estamos mais vivos do que nunca e continuaremos nosso caminho rumo a YVY MARÃE'Y - Terra Sem Males.

São Gabriel, 07 de fevereiro de 2015.



Quilombo do Amazonas recebem o certificado da Fundação Cultural Palmares

SÍTIO CEDEFES, 09.02.2015

A comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, localizada a aproximadamente 170 quilômetros de Manaus e oito quilômetros acima da sede do Município de Itacoatiara, consegue resistir ao tempo e ao preconceito

Viva na cor da pele e na musicalidade de um povo, nas crenças religiosas e na luta pelo direito de ser livre. Assim, a história de uma comunidade quilombola fundada no meio da floresta amazônica, há aproximadamente 150 anos, foi finalmente reconhecida pelo governo brasileiro, e hoje os negros da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa têm muito o quê comemorar.

Localizada a aproximadamente 170 quilômetros de Manaus, em linha reta, e oito quilômetros acima da sede do Município de Itacoatiara, ao redor de um grande lago, essa comunidade formada por descendentes dos últimos escravos africanos chegados no Brasil conseguiu resistir ao tempo, ao preconceito, e fez sobreviver por mais de um século a cultura e as tradições. Hoje formado por 500 pessoas, o antigo quilombo ocupa 2.525.814 hectares de terra.

E foi no último dia 9 de dezembro que a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, concedeu o título de remanescente de quilombolas à população do S. C. J. do Lago de Serpa: vidas que fazem parte da história do Amazonas, que se confundem com a história afro-brasileira, e que carregam até hoje a alma de seus antepassados.

Os registros documentais sobre a origem dessa comunidade eram poucos e foi preciso trabalhar duro para conseguir levantar informações sobre a história dela. Os pesquisadores Claudemilson Nonato Santos de Oliveira e Thyrsó Muñoz Araújo foram os responsáveis por produzir um dossiê sobre a S. C. J. do Lago de Serpa e enviar tal documento à Fundação Palmares.

“A escravidão e a cultura africana na Amazônia foram colocadas em um segundo plano por muito tempo justamente pela ideia que a região era composta estritamente pela cultura indígena”, explicou Claudemilson. Os pesquisadores fizeram levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, coleta de depoimentos de antigos moradores e filmagem – um trabalho que começou há seis anos.

África

Conforme estudo bibliográfico, a origem ancestral dessa comunidade remonta a metade do século XIX, época final da escravidão no Brasil, por volta do ano de 1855, quando Dom Pedro

CONT.



II havia proibido a chegada de navios negreiros em território nacional – sob pressão da coroa britânica.

Apesar da proibição, muitos contrabandistas ainda furavam o bloqueio e traficavam carga humana negra para o Brasil vindos do continente pelo oceano Atlântico. Conforme os registros, um dos últimos desembarques de negros clandestinos no Brasil ocorreu em 1857, na costa litorânea de Pernambuco, próximo à cidade de Serinhaém.

Após alerta das autoridades britânicas em Angola, o Império brasileiro soube que um navio vindo do rio Zaire, ou rio do Congo, hoje no território do Congo, tinha como destino a costa do Brasil. A Marinha montou guarda e conseguiu apreender um palhabote (veleiro de dois mastros) com 210 negros. Os traficantes, para não serem pegos, abandonaram a carga e pularam em alto-mar.

Amazonas

Confiscados pelo Ministério da Justiça, os 210 africanos ficaram à disposição da coroa – mas por pouco tempo. O maior empresário do Império brasileiro, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá – dono do Banco Mauá, atual Banco do Brasil – conseguiu junto à Coroa a permissão para trazer 36 daqueles negros para trabalhar, de forma remunerada, em colônias extrativistas no Amazonas.

Irineu, dono da Companhia de Navegação da Amazônia, tinha desde 1854 a concessão pública para explorar as riquezas da Amazônia durante 30 anos. Ele trouxe os 36 negros, mas durante a viagem dois deles morreram. No Amazonas, Irineu tinha duas colônias: uma na orla de Manaus, na atual ponta das Lajes, e outra em Itacoatiara.

A colônia de Manaus, na “Ponta das Lajes”, durou três anos e depois foi à falência. Entretanto, a colônia em Itacoatiara, naquela época chamada de Vila de Serpa, durou até 1860. Lá, em 2 milhões de hectares de terra, os negros trabalhavam em serraria, olaria, carpintaria naval, agricultura, pecuária e lavoura. O local onde a colônia funcionava é hoje em dia o atual bairro da Colônia, na cidade de Itacoatiara.

Refúgio

Após uma grave crise financeira provocar a falência de todas as empresas do grupo Mauá, no Brasil e no exterior – o Banco Mauá tinha filiais em Montevidéu, Nova York, Londres e Paris –, a colônia na Vila de Serpa também faliu e acabou vendida em leilão para duas famílias empresariais: os irmãos judeus Marcos e Moisés Ezagui ficaram com a parte industrial e o empresário português Antônio Pataraz adquiriu a parte da agricultura.

Com a falência, alguns negros continuaram a trabalhar para os novos empresários, outros

CONT.



foram para casas de famílias e comércios, mas a maioria, desempregada, teve dificuldade de viver no ambiente urbano e, por isso, migrou e se isolou em uma região de difícil acesso, um quilombo oito quilômetros acima dali: a atual comunidade S. C. J. da Vila de Serpa.

Naquela época, o lugar era de difícil acesso. A chegada era apenas pelas águas de um estreito igarapé onde não passava barcos grandes, apenas pequenas embarcações – no período da vazante o caminho ficava ainda mais tortuoso. Segundo o pesquisador Claudemilson, a migração do povo negro para aquela nova região é confirmada através de depoimentos recheados de memória oral dos antigos moradores da comunidade.

E no meio da mata, os negros se multiplicaram e formaram uma comunidade livre que sobrevivia e resistia à opressão externa. Além dos negros da colônia (vindos por Pernambuco), moradores antigos afirmaram que a comunidade também é formada por escravos que vieram da África para a Amazônia pelo estado do Maranhão, segundo os pesquisadores.

“Essa diáspora (deslocamento) também ocorreu como forma de se protegerem da violência da escravização e discriminação por parte dos brancos”, disse Claudemilson. Segundo ele, o isolamento era necessário como uma proteção, já que naquela época, anterior à Abolição da Escravidão (1888), o negro era rejeitado por causa da cor da pele.

Comunidade

Após 150 anos, a comunidade S. C. J. do Lago de Serpa “se reconstruiu”. Os moradores herdaram culturas e saberes indígenas e também dos brancos, mas ainda mantêm em si as histórias das gerações e gerações de negros. Hoje, eles sobrevivem com trabalho tirado da agricultura familiar, criação de pequenos animais e extrativismo. Costumes do caboclo como culinária, uso de ervas e contato espiritual com a floresta também foram herdados.

Acesso

Atualmente o acesso à comunidade é feito pelo ramal de Serpa, antigo ramal Osório da Fonseca, que fica no km 256 da rodovia estadual AM-010 (Manaus-Itacoatiara). A comunidade não tem acesso a telefone, não possui nenhum hospital e não recebe água tratada ou saneamento básico. O local é abastecido com energia elétrica. Educação A comunidade recebeu recentemente uma unidade escolar de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), por meio da Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara (Crei), da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Prefeitura de Itacoatiara. Ao todo, 68 descendentes de negros passaram a ler e escrever pela primeira vez, já que devido ao isolamento histórico a comunidade não tinha acesso à educação. “Tem gente com 70 anos que começou a estudar agora. Isso faz parte de uma dívida que está sendo paga”, disse Thyrsó.

CONT.



Reconhecimento

No Amazonas, apenas nove comunidades quilombolas conseguiram a certificação da Fundação Palmares: cinco em Barreirinha (comunidades Santa Teresa do Matupiri, São Pedro, Trindade, Ituaquara e Boa Fé), duas comunidades em Novo Airão (Tambor), uma em Manaus (Barranco, no bairro Praça 14) e agora a de Itacoatiara, conforme o pesquisador Emmanuel de Almeida Farias, da Nova Cartografia Social da Amazônia.

Signatário

A partir de 1960 o Brasil foi signatário da Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que promoveu políticas públicas em favor das populações afro-descendentes, indígenas e ciganos. Em 2003, foi sancionada a lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares.

Crenças e conflitos religiosos

Os moradores da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa são, majoritariamente, católicos – poucos são protestantes ou adventistas. Na época do Império, durante o período de incursão da igreja Católica na Amazônia, as crenças religiosas de matriz africana se perderam com o tempo. Também foram recriminados pelo poder público outros costumes e festejos de tradição africana.

Segundo o pesquisador Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, no Império muitos escravos adultos foram batizados e convertidos ao catolicismo. Hoje, eles rejeitam, por exemplo, a umbanda, crença originalmente africana.

O próprio nome da comunidade, antes “Lago dos Pretos”, recebeu elementos da igreja (o termo Sagrado Coração de Jesus). “Pelo lado humano, a história deles é mais importante do que eles têm ou perderam com o tempo”, explica o pesquisador Thyrso Muñoz Araújo. Hoje, a maioria dos moradores é devota de Nossa Senhora de Aparecida (santa negra católica). Eles promovem uma procissão fluvial anualmente durante o mês de setembro. Entretanto, essa data não é oficial para a Igreja Católica, que festeja a santa no dia 12 de outubro. “Os negros têm a procissão fluvial em setembro, e dá até mais gente. E o da igreja é a tradicional”, explica Thyrso.

Segundo pesquisador, a igreja quis transformar os dois festejos em um só, em 12 de outubro. “Até hoje existe esse conflito. Eles queriam unificar a festa. É mais uma prova de discriminação da igreja”, lamenta Thyrso. Para ele, a permanência da procissão à santa em setembro representa uma nova resistência do povo negro perante a igreja e ao homem branco.

CONT.



Ainda conforme Thyrso, muitos moradores rejeitaram, de início, a condição de serem descendentes de africanos e da cultura negra. “Foi preciso conscientizá-los”, contou o pesquisador. Todos os comunitários tiveram que assinar um documento afirmando se reconhecerem como remanescentes de quilombolas.

Especulação imobiliária

Apesar de agora serem oficialmente reconhecidos como remanescentes de quilombolas, os moradores da comunidade S. C. J. do Lago de Serpa não têm o título de propriedade das suas terras. “Existem conflitos desde especulação imobiliária, grileiros, famílias que perdem suas terras e são expulsas”, denuncia Thyrso Muñoz.

Segundo ele, alguns moradores venderam pedaços de seus territórios a preços irrisórios. “Uma pessoa comprou um terreno de um morador a preço muito baixo: R\$ 15 mil. Depois dividiu (loteamento) e revendeu. São terrenos de pessoas carentes”, lamenta. A maioria das casas é de madeira.

Reserva

Para conseguir a propriedade das terras, os moradores deverão enfrentar uma nova batalha: transformar os 2 milhões de hectares em reserva quilombola, concessão feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que demora entre cinco a dez anos, segundo os pesquisadores.

A comunidade existe dentro de uma Área de Preservação Permanente (APA) – lei 4126 de agosto de 1998. Entretanto, essa lei não é cumprida, conforme denunciam Claudemilson e Thyrso. “APA só está no papel, mas nunca foi implantada”, denuncia Thyrso.

Segundo ele, além da especulação imobiliária, está havendo a destruição da mata ciliar ao redor do lago, aterramento das nascentes do rio e diminuição da fauna de peixes.

Fonte: Vinicius Leal – A Crítica



Quilombo de Capim Puba vive situação calamitosa

SÍTIO CEDEFES, 09.02.2015

Quilombo de Capim Puba vive situação calamitosa em Virgem da Lapa, no Vale do Jequitinhonha - MG

Estive no dia 27/01/2015, na comarca de Araçuaí/MG, em uma audiência de reintegração de posse., movida por um latifundiário que explora o monocultivo de Eucalipto, na Fazenda localizada no município de Virgem da Lapa, onde se localizam cerca de 11 Comunidades Quilombolas, todas conhecidas pela Fundação Cultural Palmares, Sepir e Incra, além de órgãos estaduais afetos ao tema.

A Comunidade Quilombola Capim Puba, ré no processo de reintegração de posse, sofre com a grilagem do seu território, no qual empresas que plantam eucalipto, vem, ao longo de muitos anos, encurralando essas comunidades e tomando as terras dos remanescentes de quilombo.

A situação no local é calamidade pública, pois, falta água para a agricultura de subsistência da comunidade, além disso, as famílias quilombolas vivem da exploração agroextrativista no bioma cerrado, o qual vem sendo destruído para o plantio de eucalipto.

Pude perceber que os Governos estadual e Federal abandonaram as comunidades à própria sorte e ao infortúnio, pois, estão sendo ameaçadas por jagunços na região.

Este é um breve relatório da situação no local que clama por justiça.

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0041285-43.2014.8.13.00342ª VARAATIVO

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse Assunto: CIVIL > Coisas > Posse > Esbulho / Turbação / AmeaçaCS: -

Autor: TARCÍSIO FERNANDO FÉLIX D'ASSENÇÃO e outros.Réu : MAURO FARIAS e outros.

Fonte: Elcio Pacheco.



Estado de Santa Catarina tem 30 dias para retomar obras em escola indígena
SÍTIO CEDEFES, 09.02.2015

A Justiça Federal acolheu pedido formulado pela Ministério Público Federal em Chapecó (SC) e determinou, por meio de liminar, que o Estado de Santa Catarina retome as obras da Escola Indígena de Ensino Fundamental Sape-Ty-Kó, paralisadas há quase dois anos.

A construção da escola, localizada na Reserva Indígena Aldeia Condá (Chapecó-SC), teve início em 2011, com data de entrega prevista para dezembro de 2012. Mas, de lá para cá, ocorreram diversos atrasos e a obra está parada desde abril de 2013, em evidente estado de abandono e depredação.

Após diversas tentativas na esfera administrativa, sem que os responsáveis tenham adotado qualquer medida efetiva para solucionar o problema, o MPF ajuizou ação civil pública objetivando a retomada e a conclusão da obra.

A Justiça Federal entendeu que o caso é “um exemplo claro do descaso governamental na implantação das políticas de educação” e que “não se pode deixar que a inoperância do Estado deixe a educação indígena à míngua, visto que não estão sendo fornecidas condições estruturais mínimas aos estudantes indígenas”.

O Estado de Santa Catarina deve, no prazo de 30 dias, comprovar a retomada das obras e apresentar cronograma de andamento e previsão de conclusão dos serviços. A decisão determina, ainda, que a União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fiscalizem a obra, controlem a aplicação dos recursos públicos e prestem a assistência técnica necessária. A multa, em caso de descumprimento, é de R\$ 5 mil por dia.

Ação Civil Pública nº 5014197-57.2014.404.7202.

Fonte: Procuradoria da República em Santa Catarina.



Boletim de Notícias - Edição nº 25/2015

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

Aikewara: a história de um povo escravizado e quase extinto pela ditadura

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.02.2015

Antropólogos contam o drama do povo indígena que foi usado e torturado pelos militares na Guerrilha do Araguaia



Por Beth Begonha, Rádio Nacional da Amazônia

A Guerrilha do Araguaia é um fato bastante conhecido da população brasileira, porém há personagens deste momento político que permaneceram ocultos: os indígenas do povo Aikewara. Os Aikewara viviam na região onde se dava o conflito dos chamados guerrilheiros com os integrantes do governo militar, porém nada sabiam sobre esse conflito. Um dia viram, apavorados, a invasão de sua aldeia por forças militares, que mantiveram mulheres e crianças prisioneiros e obrigaram os homens a guiá-los pela mata na busca dos acampamentos dos integrantes da resistência ao governo militar.

Os homens eram obrigados a “servir” os militares e sofriam constantes humilhações, além de maus tratos como fome e falta de cuidados caso adoecessem nas incursões forçadas pela mata.

Enquanto isso a aldeia tornou-se praticamente uma base militar, onde os índios que lá

CONT.



permaneciam tinham sua liberdade restrita, eram impedidos de plantar, caçar, pescar e de fazer a roça e celebrar seus ritos.

Os Aikewara pediram reparação na Comissão Nacional da Verdade e o relatório produzido pela antropóloga Iara Ferraz resultou no reconhecimento das violações e na indenização de 13 integrantes da etnia. É esse relatório a base do livro que será lançado pelos antropólogos Iara Ferraz, Orlando Calheiros em parceria com dois sobreviventes dessa época, os indígenas Tiapé Suruí e Ywynuhu Suruí. Os Aikewara também são conhecidos como os "Suruí do Pará".

Orlando Calheiros esteve no estúdio da Nacional da Amazônia nesta segunda-feira (9) contando a história de um povo diretamente atingido pela ditadura, mas que permanece ainda desconhecida pela imensa maioria do povo brasileiro.

A previsão de lançamento do livro é maio de 2015.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

Foto: Orlando Calheiros no estúdio da Nacional da Amazônia.

Indígenas bloqueiam acesso ao canteiro de obras de Belo Monte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.02.2015



Do G1 PA

O acesso ao Sítio Pimental, um dos canteiros da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no sudeste do Pará, está bloqueado desde a madrugada desta segunda-feira (9). De acordo com a Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, índios impedem a entrada de operários.

A empresa informou ainda que os indígenas chegaram a fazer reféns alguns funcionários, que foram liberados após negociação. Os índios cobram melhorias e o cumprimento de medidas socioambientais.

A Norte Energia informou que cumpre o Plano Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI) de Belo Monte e que todas as ações foram aprovadas pela Funai.

Ninguém os ouviu

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.02.2015

As usinas hidrelétricas do rio Tapajós devem desalojar mais de 2500 ribeirinhos e matar os peixes dos quais sobrevivem, mas o governo se recusa a consultá-los



por Ana Aranha, Jessica Mota – A Pública.

O ribeirinho Rosinaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Tatá, está prestes a trilhar o caminho inverso daquele pretendido pela política social dos governos Lula e Dilma. Morador da beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, ele sempre viveu em fartura alimentar. A prova está pendurada na sala de sua casa: fotos de bagres maiores que o próprio pescador. Mas, agora, Tatá pode se tornar mais um a engrossar o rol de brasileiros que precisam de ajuda financeira para se alimentar. O governo federal começou a executar na região um conjunto de obras que, em nome do desenvolvimento, vai tirar o peixe de pescadores que sabem pescar.

Hoje a vida de Tatá é assim: basta ele pousar os olhos sobre o rio durante o dia para dar início ao cálculo mental de qual melhor espécie vai dar pesca, onde, a que horas e com qual isca. É esse conhecimento também que lhe guia entre corredeiras, cachoeiras, pedrais e redemoinhos que brotam da correnteza. Com a renda da pesca ele construiu duas casas, onde tem uma roça com mandioca, banana e murici, cria galinhas e cultiva um pomar com dez tipos de frutas amazônicas. O que a família não come, ele vende. Assim sustentou dois filhos, hoje cria dois netos e, aos 52 anos, planejava adotar mais dois.

CONT.



Mas os planos estão suspensos desde que chegaram notícias sobre as sete usinas hidrelétricas que o governo planeja erguer na bacia do Tapajós. A maior delas, São Luiz do Tapajós, foi traçada bem no local onde ele mora e pesca: a centenária Pimental, bucólica vila de pescadores cercada por corredeiras e floresta amazônica preservada. Seus habitantes vivem da pesca artesanal, como Tatá, ou da ornamental: peixes pequenos e coloridos encontrados nos trechos onde o rio é raso e transparente. Parte da renda local também vem do garimpo artesanal. Se a usina for licenciada, os 700 moradores serão retirados da beira do rio e levados para a beira da estrada federal BR 230, a Transamazônica, em local próximo ao lago da usina. Como eles, mais de 2.500 ribeirinhos terão suas casas e comunidades alagadas na região do Tapajós, segundo estimativa da Avaliação Ambiental Integrada das sete usinas. Os estudos ambientais não calculam, porém, os outros milhares de pescadores que perderão sua fonte de renda devido as mudanças que as barragens provocam nos rios.

O peixe vai sumir

O primeiro impacto é o “sumiço” dos peixes, eufemismo local para a morte dos animais. O fenômeno já foi observado nas duas grandes usinas do rio Madeira, em Rondônia, construídas seguindo o mesmo modelo das do Tapajós: a usina fio d’água. Para diminuir o impacto ambiental, esse modelo usa reservatórios menores do que hidrelétricas como Itaipu. Mas, ainda assim, trabalha com o represamento. A diferença é que, no lugar de concentrar a represa em um grande lago logo acima da barragem, as usinas fio d’água sobem gradativamente o nível da água, distribuindo o alagamento por uma longa extensão. Ao barrar o fluxo da água, a correnteza perde força, alagando as margens e transformando um trecho do rio em lago. Para formar o reservatório, as usinas do Tapajós vão alagar 3.022 quilômetros quadrados, o equivalente a duas vezes a área da cidade de São Paulo.

O biólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, acompanhou de perto o impacto do modelo sobre o rio Madeira. Ele aponta que, ao quebrar o fluxo da correnteza, o rio passou a ter bolsões de água sem oxigênio, criando um ambiente inóspito para os peixes. Em dezembro de 2008, o Ibama de Rondônia registrou 11 toneladas de peixes mortos durante a construção da usina de Santo Antônio. No relatório, os técnicos registraram que alguns peixes ainda podiam ser vistos “na superfície, agonizando por falta de oxigênio”.

O segundo grande impacto é a quebra do ciclo reprodutivo. Ao subir o rio para fazer a desova, os peixes serão barrados pelos paredões de concreto. Só no caso de São Luiz do Tapajós, a barragem terá sete quilômetros de comprimento. A usina cria “escadas”, pequenas passagens para os peixes cruzarem esse paredão. Mas, segundo Fearnside, a experiência das usinas de Rondônia aponta que são poucas as espécies que acham essas passagens. “Um dos problemas é que o instinto dos peixes é seguir a correnteza principal”, ele explica. Abaixo da barragem, a correnteza mais forte vem da água que sai das turbinas.

Depois de monitorar a queda drástica na vida dentro do rio Madeira, Fearnside não vê

CONT.



perspectivas diferentes para o Tapajós. "São muitos obstáculos. Infelizmente, é improvável que uma tentativa de aprimorar as passagens consiga restaurar a migração dos grandes bagres", avalia, referindo-se à espécie que é a principal fonte de renda local, a mesma que figura nos retratos pendurados na sala de Tatá.

Uma terceira mudança de grande impacto será o fim do ciclo natural de cheia e seca do rio, já que a usina vai controlar o fluxo da água. Além de desenhar as belas praias de areia branca típicas do Tapajós, responsáveis pela alta procura turística por Alter do Chão, esse fenômeno cria habitats fundamentais para a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais, como ariranhas e certos tipos de peixes, tartarugas e jacarés. A barreira física também será um obstáculo para a reprodução do boto cor de rosa e do peixe boi, espécies que correm risco de extinção.

A voz dos beiradeiros

Quem nasceu na beira do rio sabe da importância do ciclo de cheia e seca para a vida, incluindo a humana. Por isso Luiz Matos de Lima, dono de um mercado em Pimental, foi confrontar um representante da Eletrobras em reunião que ocorria em Trairão, sede do município a que pertence a vila. Os ribeirinhos nem eram convidados, mas Luiz e outros moradores de Pimental foram mesmo assim. Lá, foram informados de que a usina será obrigada a indenizar os moradores ou construir uma nova casa para eles. Mas Luiz sabe que nem o dinheiro ou a casa serão capazes de substituir a quebra no ciclo de sobrevivência. Ele pediu a palavra para alertar que a usina vai tirar tudo dos ribeirinhos, já que novas plantações que forem feitas devem demorar a produzir. "Eles responderam que o governo vai doar cesta básica enquanto o povo não produzir. Já pensou? Coisa mais triste um povo acostumado em trabalhar ter que viver de cesta básica. E eu, que vendo mercadoria, vou viver do que?", questiona.

"Os estudos de impacto ambiental passaram longe de mensurar os impactos na vida dessas pessoas", aponta o cientista social Mauricio Torres, um dos maiores estudiosos do modo de vida dos ribeirinhos da região, onde essa população também é conhecida como "beiradeiros". Com costumes particulares do grupo, os ribeirinhos são intimamente ligados à interação com a floresta e o rio. Grande parte deles raramente vai à cidade ou a um médico. É o caso de Teresa Lobo Pereira, que tem uma casa com roça em Pimental e outra em Montanha e Mangabal. "Eu sou veterana", ela diz, batendo no peito estufado. "Como diz o dizer nosso, na nossa língua, eu venho dos tronco velho". Para Teresa, a floresta guarda a farmácia, o supermercado e os caminhos da memória de toda a sua vida. Ela nasceu no "beiradão", como os ribeirinhos chamam o local, filha de cearense com paraense.

Os ribeirinhos do Tapajós são, em parte, filhos e netos da geração de soldados da borracha que migrou para a Amazônia sob incentivo do governo federal. Quando a produção de látex cessou, eles foram abandonados na região e, para sobreviver, adaptaram-se à interação com o meio. Torres já comprovou o registro de famílias que vivem lá há oito gerações. "Essa é uma

CONT.



história de co-evolução homem e floresta. Eles moldaram a vida de modo que os recursos naturais não acabem e hoje dominam uma tecnologia de manejo do rio e da floresta”, explica Torres. “Mas, na hora que você transforma o rio em lago, você transforma profundamente esse habitat. As consequências disso são trágicas”.

Sobrevivência ameaçada

Com pouca ou nenhuma assistência do Estado, essa não é a primeira vez que os ribeirinhos do Tapajós têm sua terra e modo de vida ameaçados por projetos vindos de Brasília. Foi assim em 1974, quando parte da população local foi expulsa para a criação do Parque Nacional da Amazônia. Alguns foram morar rio acima, outros se mudaram para Pimental e há os que foram para a cidade de Itaituba. A adaptação foi impossível em alguns casos. Torres registrou a fala de uma viúva que contou como o seu marido jamais se adaptou à mudança: “A vida dele ficou muito ruim. Ele não sabia fazer nada fora de lá. Nem pescar ele não sabia. Ele não sabia pescar em outro lugar. Depois que deixaram a gente rodado aqui pra cidade, ele remava mais de dias pra ir lá no lugarzinho da gente pra pescar. Mas não dava mais. Logo morreu. Ele não era mais”. Esse e outros relatos orais fazem parte do livro *O Escriba e o Narrador*, de Torres.

Quarenta anos depois, parte do local de onde os ribeirinhos foram retirados para a criação do parque será, agora, alagada para a construção da usina.

A saga do beiradeiro que “não era mais” depois de arrancado do seu lugar é sintomática do clima que tomou parte da vila de Pimental após a notícia da remoção. Os sorrisos hospitalares rapidamente se desfazem quando perguntamos sobre a usina. A professora Suzete de Oliveira Nogueira fica com a voz embargada ao lembrar das perguntas feitas pelos alunos do 3o ano: “professora, não dava pra cada família fazer uma casa flutuante? Aí a gente podia ficar aqui”. Assim como ela, diversos moradores da vila ficam melancólicos ao falar sobre o futuro do lugar onde nasceram e viveram. “Isso aqui vai virar um cemitério. Um lugar fantasma”, diz a ribeirinha Regina Nonato dos Santos, cercada pelas árvores cheias de fruta do quintal da vizinha. “Pra mim isso é tudo um pesadelo. Se eu pudesse, acordava e não dormia mais”.

Além da relação com uma natureza de riqueza luxuriante, os moradores temem perder a tranquilidade da vila. Assustam-se em antecipação com a grande quantidade de pessoas que vão chegar. Segundo os estudos da usina serão 13,5 mil trabalhadores, número que vai no mínimo dobrar com todos os outros que seguem o fluxo para prestar serviços. Hoje, as portas de Pimental dormem destrancadas. Não há registro de roubos ou furtos. A única cena de violência que a reportagem presenciou foi uma mãe batendo no filho que tentava se esgueirar pelas árvores do quintal. O menino foi acudido por um papagaio. O bicho disparou uma rajada de gritos agudos, como se ele mesmo estivesse sob tortura, até a mulher largar o chinelo.

O lugar onde a nova vila será construída ainda não foi definido, mas é possível que ela se torne um dos núcleos urbanos mais próximos do canteiro de obras. Se isso acontecer, Pimental pode ter a mesma sina de Jaci Paraná, vila de pescadores a 20 quilômetros da usina

CONT.



de Jirau, em Rondônia, que viu sua população quadruplicar com o início da obra. A violência em Jaci é tanta que os comerciantes fazem vaquinha para pagar uma empresa de segurança particular. Em 2012, um grupo matou o comandante da Polícia Militar e rendeu oito policiais para assaltar a pequena agência bancária instalada na vila.

Tatá e sua família estão no escuro: nunca ouviram falar de Jaci Paraná e não fazem ideia de quão estratégica é a localização da nova vila de Pimental. Ele e toda a comunidade têm muitas dúvidas sobre o que vai acontecer com a região e como se preparar para as mudanças, mas não há informação ou mediadores independentes para orientá-los nesse processo.

Bernardino, 85 anos, filho de Pimental

A moradora mais antiga de Pimental é Maria Bibiana da Silva, conhecida como Gabriela. Ela tem 105 anos. Em 2012, quando a reportagem de Pública visitou a vila de pescadores pela primeira vez, ela era uma das vozes preocupadas com a chegada da usina: "Não tenho gosto que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão". Dois anos depois, em novembro de 2014, voltamos a procura-la, mas a família interveio. Gabriela não pode mais nem ouvir falar sobre barragem. Sua pressão sobe, é arriscado para a saúde. Mas a percepção da matriarca continua aguçada e ela percebeu o tema da conversa com seu filho, Bernardino Silva Azevedo, 85 anos. De dentro do quarto, perguntava o motivo de nossa presença. A neta tentou desconversar, mas já era tarde: "é a tentação", a avó repetia, já agitada. Ela só se acalmou quando um neto disse que a reportagem estava lá para falar "das coisas boas" da comunidade.

Bernardino cumpre as vezes de contar a história da família, que é uma aula de Amazônia. Gabriela saiu do Ceará em 1917 com o pai rumo ao Acre, mas eles perderam a condução e ficaram no meio do caminho. Bernardino nunca estudou, a vida de trabalho começou aos 12 anos ao lado da mãe. Participou de todos os ciclos econômicos da Amazônia: o da borracha, na Segunda Guerra Mundial; o da venda de peles de animais, após a decadência da borracha; e o do garimpo. Só parou porque sua saúde não lhe permitiu continuar. "Trabalho pesado é comigo mesmo. Já fiz de tudo. Só não fiz matar gente", ri, em referência a outra atividade ainda lucrativa na Amazônia: a pistolagem.

Agora, vive para ver mais um ciclo amazônico, a chegada das barragens. Como futuro, ele se vê morando com a mãe na cidade, vivendo de "beneficiozinho", nas suas palavras.

Governo se recusa a ouvir os ribeirinhos

O Ministério Público Federal iniciou uma ação civil pública exigindo que o Ibama suspendesse o licenciamento da usina enquanto as empresas responsáveis pelos estudos ambientais (leia mais no box) não elaborasse um estudo para avaliar o impacto acumulado das sete usinas na bacia e não realizasse a consulta prévia às comunidades afetadas. A consulta consiste em levar

CONT.



informações sobre o empreendimento aos ribeirinhos e indígenas e ouvir quais são as suas demandas e preocupações. Em tese, o Ibama deveria levar esses argumentos em conta na hora do licenciamento, solicitando adaptações ao projeto de modo a reduzir os impactos negativos. Ou até mesmo vetar o empreendimento. A consulta é obrigatória, segundo a legislação brasileira com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Mas a Advocacia Geral da União recorreu e a disputa foi parar no Superior Tribunal de Justiça quando o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Em vez da disputa seguir o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o STJ com o argumento de que a paralisação do licenciamento geraria "grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas". O ministro Felix Fischer autorizou que o governo seguisse com o licenciamento, mas desde que consultando as populações locais: "o Governo Federal deverá promover a participação de todas as comunidades, sejam elas indígenas ou tribais, a teor do seu art. 1, que podem ser afetadas com a implantação do empreendimento, não podendo ser concedida a licença ambiental antes da sua oitiva". Além dos ribeirinhos, há terras indígenas Munduruku que serão afetadas e até alagadas pela usina.

Apesar dessa decisão, a Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão responsável pela consulta, não está consultando os ribeirinhos. Em reunião gravada pelos Munduruku em setembro, cujo vídeo foi revelado pelo blog Língua Ferina, representantes da Secretaria-Geral dizem a um líder de Montanha e Mangabal que a consulta só se aplica aos indígenas. "Esse processo que estamos fazendo na região se aplica aos indígenas. O que a gente está discutindo é fazer um processo informativo para Montanha e Mangabal, mas que não seria consulta", diz Nilton Tubino, que era coordenador de Movimentos do Campo na gestão de Gilberto Carvalho. "O entendimento do governo federal hoje, para essa fase, é que quem é ouvido lá pela [convenção] 169 são os indígenas e quilombolas. Isso já tem referência. Comunidades tradicionais não se chegou a esse acordo ainda, dentro do governo, de como vai ser consultado e em que estágio".

"Não há absolutamente nenhuma justificativa técnica ou jurídica para dizer que essa população ribeirinha não teria esse direito", afirma o advogado Fernando Prioste, coordenador da ONG Terra de Direitos. "Esse entendimento do governo tem a ver apenas com conveniência política".

O argumento do governo também foi contestado pelo MPF. Em uma manifestação sobre a Ação Civil Pública sobre o caso, o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura critica a interpretação do governo: "beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderado"

Procurada pela reportagem da Pública para explicar porque os ribeirinhos de Pimental e outras

CONT.



comunidades ribeirinhas não estão sendo consultados, a Secretaria-Geral da Presidência enviou a seguinte nota: "O governo federal está discutindo com as comunidades indígenas e ribeirinhas uma proposta de metodologia de consulta a estas comunidades da região da bacia do Tapajós. No último dia 30 de janeiro, a Secretaria-Geral se reuniu com representantes do povo Munduruku e da comunidade Montanha Mangabal, quando apresentaram ao governo uma proposta de consulta. Os documentos estão em análise pelo governo federal".

Apesar da falta de apoio do governo, a comunidade Montanha e Mangabal se organizou para montar o protocolo de consulta e aproveitaram a reunião entre a Secretaria e o povo Munduruku para entregar o seu documento. As outras comunidades a serem afetadas pela usina, porém, estão excluídas do processo. Como é o caso de Pimental, que reúne a maior concentração de ribeirinhos a serem removidos pela usina e nunca foi inserida no processo de consulta.

Falta de informação gera conflitos

A única comunicação entre os ribeirinhos e as empresas que conduzem os estudos é feita por um grupo que se apresenta como "Diálogo Tapajós", uma empresa de São Paulo contratada pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina. Em tese, o Diálogo é responsável por apresentar aos moradores os impactos que eles vão sofrer, preparando-os para a mudança e para a negociação com o empreendimento. Mas o grupo não tem autonomia para isso e acaba por não cumprir o seu papel.

"Eu não sei porque colocaram o nome 'diálogo', porque quando você faz uma pergunta, eles não respondem", diz Eudeir Azevedo. Ele elenca algumas das questões para as quais nunca teve resposta: "Pra onde nós vamos mudar? Quanto mais ou menos é que se paga por área afetada? Eles nunca sabem responder nada, então a gente pergunta: quem é realmente de fato a pessoa que a gente deve conversar? Mas nem isso eles dizem".

Em Pimental, a ação do Diálogo Tapajós tomou um contorno inusitado: o grupo que representa a usina virou "mediador" para aplacar conflitos criado pela própria usina entre membros da comunidade. Sem informações sobre os seus direitos, os moradores da vila se desentenderam sobre qual deveria ser a postura em relação ao empreendimento. O Diálogo Tapajós organizou um conselho para que os ribeirinhos se reunissem com a mediação da empresa.

O discurso da empresa hoje é de que o grande problema de Pimental é a cisão dentro da vila, como se os moradores fossem responsáveis caso as condicionantes não forem cumpridas. Givanildo Rodrigues de Paula, coordenador de campo do Diálogo, cita o exemplo da usina de Belo Monte como uma referência. A hidrelétrica está prestes a iniciar a produção de energia, mas está longe de completar o conjunto de ações sociais condicionadas à licença, como a remoção dos moradores. "É comum, nas nossas reuniões, aparecer a fala de que eles [ribeirinhos do Tapajós] foram a Belo Monte e viram que as casas não estão sendo feitas do

CONT.



jeito que prometeram. Ao invés de alvenaria, estão fazendo pré-moldado, que é quente”, diz Givanildo. “A gente coloca que o Diálogo não tem condição de garantir que aqui não vai ser dessa forma, mas que é um exemplo muito ruim e que a organização da sociedade civil tem que dar conta de evitar que isso aconteça aqui”.

O desentendimento entre moradores de Pimental esquentou em 2010, quando, sem pedir licença, uma empresa de topografia contratada pela Eletrobras furou o chão da comunidade para fixar os primeiros marcos. “Quando um morador foi perguntar qual era o serviço, numa boa, o funcionário disse que não tinha que dar explicação pra ninguém porque tava lá mandado pelo presidente, que na época era o Lula”, lembra Azevedo. Como o governo federal nunca se faz presente na vila, os moradores automaticamente acharam que o funcionário falava do presidente da associação de moradores, José Odair Pereira Matos, conhecido como C.A.K., e foram tomar satisfações com ele. Quando entenderam que o funcionário falava do presidente da república, um grupo se revoltou e destruiu o marco. A partir de então, a associação de moradores passou a proibir que os pesquisadores voltassem a pisar em Pimental. “Assim como eles têm o direito de dizer que a usina tem que sair, é um direito do ribeirinho defender o que é nosso”, diz C.A.K.. “A gente não tá pedindo cesta básica, um novo lugar pra morar, a gente tá defendendo um direito nosso”.

Ameaças e tentativas de suborno

Depois que assumiu uma postura mais combativa, C.A.K. diz que passou a receber intimações para recuar. Primeiro foram as ofertas de dinheiro. “Já recebi ligação do Rio de Janeiro, São Paulo, de meia hora, quarenta minutos. Já veio pessoas também em Pimental. Eles chegam falando em casa, carro e dinheiro no banco”. C.A.K. garante que sempre cortou as propostas pela raiz, nunca deixou os interlocutores chegarem a valores concretos nem nunca aceitou os convites para ir conversar em outros estados.

Depois que recusar as ofertas, C.A.K. relata que começou a receber ligações com ameaças. Um dos seus parceiros levou um soco em uma reunião, a agressão veio de um morador da vila que era contra a postura combativa do grupo. Foi quando C.A.K. decidiu se afastar da associação. “Não é fácil ser liderança nessa região, até nossa família fica marcada”, Apesar do afastamento, ele ainda integra o grupo de Pimental que tem a postura mais crítica em relação à usina. O novo líder da associação permite a entrada de pesquisadores na vila. Ele não pode ser entrevistado pela reportagem pois estava fora, trabalhando no garimpo.

Dentro da vila, a resistência foi vista com receio por alguns. Sem experiência em negociações, parte dos moradores tem medo que a postura os prejudique ainda mais, e preferem aceitar logo as compensações oferecidas. “Os empreendimentos usam as carências locais para impor o projeto, as pessoas acham que só terão acesso aos seus direitos se aceitarem a usina”, afirma Arthur Massuda, membro da Artigo 19. A organização, que trabalha pelo acesso à informação e liberdade de expressão, realiza atividades na região para tentar informar a população sobre os seus direitos no processo com as usinas.

CONT.



Depois de entrevistar mais de 30 famílias para tentar entender o discurso do grupo afetado que se declara “a favor” da usina, a reportagem de Pública se surpreendeu ao encontrar definições como a de Tatá, que se define como “contra-mas-a-favor”. Ele explica com um riso nervoso: “sou do grupo a favor. Mas, se você me perguntar mesmo, na verdade eu sou contra”. Como muitos, Tatá teme sofrer as consequências de enfrentar um empreendimento financiado pelo governo federal.

Mais do que dividida, a comunidade de Pimental está rendida pelo medo. Tatá cita o caso dos Munduruku, grupo mais organizado na resistência às hidrelétricas na Amazônia e que já sofreu retaliações por sua postura. Depois de expulsarem os pesquisadores da usina de sua terra, em março de 2013, algumas aldeias foram cercadas por barcos e helicópteros da Força Nacional de Segurança. A Expedição Tapajós, como o governo batizou a ação policial, visava “garantir o apoio logístico e a segurança” dos pesquisadores e ficou um mês na região. “Era como estar preso na aldeia”, lembra Juarez Saw Munduruku, cacique da aldeia Sawré Muybu, que fica a poucas horas de Pimental. Sua aldeia virou o símbolo da resistência aos empreendimentos porque pode ter áreas alagadas pela usina, o que é inconstitucional (leia a reportagem A batalha pela fronteira Munduruku).

Mas Tatá quer distância da batalha travada pelos indígenas. Ele já formou seu veredicto: “Não vou me manifestar por nada, já estou grandinho demais pra estar apanhando, morrendo por aí. Não adianta. Você não pode lutar contra o governo federal. Se o governo federal quer, você tem que aceitar”.

Mesmas empresas interessadas na usina são responsáveis pelos estudos de impacto

A relação de pouca confiança entre as empresas que conduzem os estudos de impacto e a população afetada se explica por um vício de origem no processo de licenciamento. As mesmas empresas interessadas em fazer as obras são as responsáveis pelos estudos de impacto ambiental e social e pela comunicação com a população afetada.

“Tem, no mínimo, uma forte tendência de conflito de interesses”, diz Brent Milikan, diretor do programa Amazônia da International Rivers, que monitora o modo como o governo brasileiro conduz o licenciamento das hidrelétricas. “Estamos falando de impactos sobre um patrimônio público e a legislação estabelece que tem de ter medidas de mitigação e compensação. Mas isso, para as empresas, se traduz em gastos”.

Brent aponta o papel “contraditório” da Eletrobras nesse processo. A empresa de capital aberto que é controlada pelo governo federal lidera o consórcio de empresas interessadas em construir a usina, composto por Camargo Correa, EDF, Copel, Cemig, GDF Suez, Endesa e Neoenergia. Brent aponta que, ao invés de ser o fiel da balança do interesse público nesse processo, a Eletrobras lidera o consórcio “como uma empresa privada, focada em maximizar o lucro”. Pior, ela atuaria dentro do governo para pressionar e “intimidar” o órgão licenciador (Ibama) a aprovar os estudos e liberar o licenciamento.

CONT.



No caso das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o consórcio liderado pela Eletrobras contratou os serviços da CNEC Worley Parsons, empresa australiana que comprou a CNEC, consultoria técnica da Camargo Correa. A Worley Parsons, mesma que executa as obras de compensação social de Belo Monte, foi a responsável pelo levantamento dos impactos ambientais e sociais das usinas do Tapajós.

O Ministério Público Federal apontou uma omissão grave nesses estudos, que motivou uma ação civil pública contra o Ibama e quase paralisou todo o processo de licenciamento: a análise das usinas foram feitas de forma isolada, sem uma avaliação que medisse o conjunto de impactos das sete usinas na bacia. Além disso, o licenciamento estava chegando ao final sem que a população afetada fosse consultada. A data do leilão chegou a ser anunciada pelo Ministério de Minas e Energia, que dias depois suspendeu o anúncio.

Depois que a justiça federal exigiu, a Avaliação Ambiental Integrada ficou pronta em menos de três meses. Foi criticada por ambientalistas por ter sido feita às pressas e por ter se baseado em dados secundários. "O simples fato do estudo ser produzido pelas empresas interessadas deixa a informação viciada e limitada. Vira uma propaganda do empreendimento", afirma Arthur Massuda, da Artigo 19.

A população de Pimental nunca foi consultada sobre a usina que pode ser construída sobre o solo onde a vila está há pelo menos 120 anos.

Foto destaque: Ribeirinhos de Pimental vivem em integração com o Tapajós: hábito de lavar a louça no rio ajuda a atrair os peixes (A Pública).



Coordenação Regional Xavante executa projeto cultural apoiado pelo Museu do Índio
SÍTIO ISA, 09.02.2015

Fonte: Fundação Nacional do Índio - <http://www.funai.gov.br>

No período de 4 a 6 de novembro de 2014, a Coordenação Regional Xavante (CR XAV), localizada em Barra do Garças, MT, executou, com o apoio do Serviço de Estudos e Pesquisas (SEESP) do Museu do Índio (MI), o projeto Romhurina Rowaihu. O objetivo principal do projeto era realizar uma oficina de transmissão de saberes, voltada para os alunos da etnia a'uwe uptabi (xavante), residentes na cidade e matriculados na educação básica da rede pública.

A importância da realização da oficina de transmissão de saberes

Ao saírem de suas aldeias para estudarem na cidade, muitas vezes na idade pré-escolar, os indígenas deixam de ter contato com suas famílias, com seu grupo social e, conseqüentemente, com as atividades tradicionais de sua cultura. O preconceito e a discriminação que existem na cidade é outro fator que fragiliza ainda mais esses alunos a'uwe uptabi, uma vez que muitos deles acabam adotando padrões culturais dos não índios em detrimento dos tradicionais. Ao mesmo tempo, os idosos estão perdendo espaço na cultura a'uwe uptabi, principalmente entre os indígenas desaldeados.

Assim, a promoção de eventos que recuperem a atividade de transferência de conhecimento dos mais velhos para os mais jovens, restabelecendo a interação produtiva entre as gerações, é uma necessidade que o projeto buscou atender, trazendo, das aldeias, dois artesãos idosos (um senhor e uma senhora), reconhecidos e respeitados pelas comunidades, que tiveram a chance de divulgar todo o seu saber ancestral, atuando como instrutores dos alunos residentes na cidade.

Dentre os objetivos alcançados pelo projeto, destacam-se:

- * capacitar jovens alunos a'uwe uptabi (xavantes) residentes na cidade para a confecção de artesanatos tradicionais
- * dar a esses alunos a oportunidade de praticar coletivamente sua cultura
- * impactar positivamente os alunos, bem como suas famílias e suas comunidades
- * prestigiar o conhecimento e a função social dos idosos a'uwe uptabi
- * restabelecer a interação produtiva entre as gerações, com a transferência de conhecimento e de técnicas ancestrais dos mais velhos para os mais jovens

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25/2015

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

* concretizar uma iniciativa visando a recuperação, a revitalização e o aperfeiçoamento da produção da cultura material da etnia

* fortalecer a identidade étnica a'uwe uptabi

* valorizar e fomentar a cultura a'uwe uptabi e a indígena em geral

* realizar apresentação de danças e cantos tradicionais em uma universidade local

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3177-coordenacao-regional-xavante-executa-projeto-cultural-apoiado-pelo-museu-do-indio>



Azambuja diz que 'conflito de terras' começa a ser resolvido após o Carnaval
SÍTIO ISA, 09.02.2015

Autor: Dirceu Martins e Tayná Biazus

Fonte: MS Notícias - <http://www.msnoticias.com.br>

Um dos mais emblemáticos conflitos por terras em Mato Grosso do Sul pode estar prestes a ter uma solução com a visita do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, agendada para após o Carnaval.

Segundo o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), é urgente que se consolide a questão da fazenda Buriti. "O ministro da Justiça disse que, após o Carnaval, gostaria de assinar esse termo de acordo entre produtores e indígenas. Enquanto isso a Rose [vice-governadora Rose Modesto] vem discutindo com as etnias a pauta da reunião sobre a prioridade em inserir a produção nas aldeias. Vamos trabalhar para levar essa discussão", disse Reinaldo.

Acompanhe

A fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande foi ocupada em 15 de maio de 2013 por índios Terena. Em 30 de maio, Oziel Gabriel morreu após confronto com policiais que cumpriam mandado de reintegração de posse. A fazenda está em área reivindicada pelos indígenas em processo que se arrasta há mais de 15 anos. Reconhecida pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos Terena em 2010, não foi ainda homologada pela Presidência da República.

Em setembro de 2014, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) avaliou a fazenda Buriti em R\$ 80 milhões, valor abaixo do que esperavam os proprietários da terra. A área de 15 mil hectares, com 31 propriedades rurais estava avaliada em R\$ 124 milhões pela Real Pesquisas Agrárias, empresa contratada pelos produtores. Enquanto ruralistas não aceitam negociar com o valor proposto pelo Incra, a comunidade indígena teme pela continuidade dos conflitos.

De acordo com o Incra, o levantamento oficial e definitivo levou em consideração a metodologia prevista na Norma Brasileira de Avaliação de Imóveis Rurais (itens 14.653-1 e 3). Na pesquisa o Incra contesta a valorização das terras. Enquanto a pesquisa encomendada pelos produtores afirma que a área tem vocação agropecuária intensiva, o Incra rebate afirmando que a terra está localizada em região de pastagem formado de baixo suporte (terra fraca para agropecuária).

<http://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/azambuja-diz-que-conflito-de-terras-comeca-a-ser-resolvido/55737/>



Boletim de Notícias - Edição nº 25/2015

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

Livro sobre massacre indígena na ditadura militar é lançado em Roraima

SÍTIO ISA, 09.02.2015

Fonte: G1 - <http://www.g1.globo.com>

O livro 'A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari', organizado por um dos membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Egydio Schwade, será lançado nesta segunda-feira (9), às 19h, no auditório Alexandre Borges na Universidade Federal de Roraima (UFRR). A obra é fruto da pesquisa que fundamentou o 1o Relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas.

Segundo Schwade, o livro passa a limpo a história recente dos povos indígenas, além de denunciar um dos massacres promovidos pela ditadura militar, como o assassinato de 2 mil índios Waimiri-Atroari, entre os anos de 1972 e 1977, durante a abertura da BR-174, estrada que liga Boa Vista a Manaus.

"O território Waimiri-Atroari foi invadido pelas construtoras, sem que os índios tivessem conhecimento. Eles não tinham outra alternativa, a não ser a resistência, e por isso foram reduzidos", disse.

Ele disse ainda que uma das consequências, além da morte de vários índios, foi o desmatamento de diversas áreas causado pelas construtoras, em "uma invasão de forma predatória".

Em uma linguagem etnográfica e etnológica, a obra ressalta instrumentos da antropologia para trazer aos leitores um retrato mais próximo o possível da visão dos próprios Waimiri do massacre. Os povos indígenas foram vítimas diretas da ditadura militar e contam tantos mortos quanto os desaparecidos ou assassinados políticos nas guerrilhas urbanas e rurais.

Serviço

Lançamento do livro 'A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari'

ONDE: Auditório Alexandre Borges (UFRR)

QUANDO: segunda-feira (9) às 19h

ENTRADA: Gratuita

<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/02/livro-sobre-massacre-indigena-na-ditadura-militar-e-lancado-em-roraima.html>



Advocacia-Geral realiza acordos entre índios e fazendeiros no sul da Bahia

SÍTIO ISA, 09.02.2015

Autor: Felipe Marques

Fonte: Advocacia-Geral da União - <http://www.agu.gov.br>

A Advocacia-Geral da União (AGU) tem colaborado na realização de acordos em conflito envolvendo índios e fazendeiros no sul da Bahia. A região é alvo de violenta disputa. Para evitar mortes e agressões, a presença da Força Nacional é constante e até o Exército ocupou a área no início de 2014, a pedido do governador da Bahia.

Os indígenas aguardam a conclusão do processo de demarcação da Terra Tupinambá de Olivença, situada nos municípios baianos de Ilhéus, Buerarema e Una. Por outro lado, os produtores rurais se opõem à homologação da área e pedem a reintegração de posse dos imóveis ocupados.

Com o auxílio da Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA (PSF/Ilhéus), unidade da AGU, tem sido possível chegar a soluções provisórias de convivência pacífica entre indígenas e produtores rurais. Os acordos são realizados durante inspeções nas fazendas, bem como em audiências e tentativas de conciliação extrajudiciais na sede da própria Procuradoria.

"Ações conjuntas da Procuradoria Seccional Federal com a Justiça Federal têm contribuído de forma relevante para redução da violência e solução dos conflitos na região. Vale salientar que esta não é uma ação isolada, mas faz parte de um conjunto de esforços perenes para tentar pacificar a disputa pela terra indígena", destaca o procurador federal da PSF/Ilhéus Daniel Gadelha.

Como exemplo, na última terça-feira (03/02), advogados públicos participaram de conciliação que ocorreu em inspeção judicial realizada pela Justiça Federal em quatro fazendas ocupadas por índios na região da Serra das Trempes. Na ocasião, foi possível chegar à solução para o conflito em duas propriedades. Os indígenas concordaram em deixar os imóveis e se comprometeram em não voltar a ocupá-los.

"Os resultados das conciliações não são definitivos. São soluções provisórias até a demarcação do território indígena, buscam apaziguar o antagonismo e evitar violência entre os fazendeiros e índios. O sucesso destas ações pode culminar numa economia de milhões em gastos com segurança pública, além de salvar vidas, sem prejuízo da efetiva defesa dos direitos indígenas", ressalta Gadelha.

CONT.



Tupinambá de Olivença

A Fundação Nacional do Índio (Funai) reconheceu oficialmente a etnia tupinambá de Olivença em 2001. Em abril de 2009, foi concluída a primeira fase de demarcação do seu território, com a publicação do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

O nome da etnia tem origem na vila de Olivença, localizada no município de Ilhéus. Fundada em 1680 por missionários jesuítas, o local é o marco da área que está sendo proposta pela Funai.

Segundo a Funai, os tupinambás de Olivença habitam em pequenas unidades familiares distribuídas em uma área que abrange região de mata atlântica e se estende pelo litoral até as serras das Trempes e do Padeiro.

A PSF/Ilhéus é unidade da Procuradoria-Geral Federal, órgão AGU.

http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/313874



Gestão e acadêmicos discutem rumos da Educação Indígena na Unemat

SÍTIO ISA, 09.02.2015

Autor: Hemília Maia

Fonte: Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) - <http://www.unemat.br>

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) abrirá mais duas turmas de Pedagogia Intercultural no campus de Barra do Bugres. A notícia foi anunciada na última sexta-feira (6) pela reitora da Unemat, professora Ana Di Renzo, durante a reunião com representantes dos acadêmicos indígenas, no auditório da Unemat, no campus universitário de Barra do Bugres, para discutir os rumos da Educação Indígena na Instituição.

A nova gestão da Unemat pretende fortalecer a Educação Indígena e para isto conta com a parceria do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), do governo Federal. Ana Di Renzo ainda se comprometeu em institucionalizar junto ao campus de Barra do Bugres a Faculdade Intercultural Indígena, que é um pleito antigo dos indígenas.

Durante o encontro o presidente do Conselho Indígena de Mato Grosso, Filadélfio de Oliveira Neto, da etnia Umutina, entregou à Ana Di Renzo um documento com inúmeras reivindicações que eles gostariam que também chegassem às mãos do governador Pedro Taques. Tanto Filadélfio, quanto o cacique Umutina, Lucimar Calomizoré, frisaram a cobrança dos alojamentos e as melhorias da infraestrutura física que há muito vem sendo prometida por governos anteriores, mas que não sai do papel.

A pedido da reitora será formada uma comissão com a participação de três caciques, três acadêmicos indígenas, um professor da Unemat do campus de Barra do Bugres e o diretor de Gestão e Educação Indígena, professor Adailton Alves de Souza para acompanhar as demandas do ensino indígena como a regularização do terreno doado pela Escola Agrícola e reforma do prédio.

Outra proposta pensada pela reitora, entre outras, é a inclusão de vagas indígenas nas ações afirmativas da Instituição, que será encaminhada para sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, (Conepe).

"A Unemat reafirmou o compromisso com a institucionalização de uma política pública para os povos indígenas e nós vamos somar esforços. Eu irei, juntamente com vocês, lutar pelas suas reivindicações", afirmou Ana Di Renzo.

O representante dos acadêmicos, Saturnino Wapotowé Rudzanéedi, da etnia Xavante, diz que sai do encontro bastante esperançoso, apesar de ter chegado muito preocupado. "A reitora

CONT.



trouxe boas notícias e se mostrou disposta a brigar por nós", contou Saturnino que lembrou da expectativa dos caciques, pais, e lideranças dos 31 povos indígenas atendidos pelo ensino superior da Unemat.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) abrirá mais duas turmas de Pedagogia Intercultural no campus de Barra do Bugres. A notícia foi anunciada na última sexta-feira (6) pela reitora da Unemat, professora Ana Di Renzo, durante a reunião com representantes dos acadêmicos indígenas, no auditório da Unemat, no campus universitário de Barra do Bugres, para discutir os rumos da Educação Indígena na Instituição.

A nova gestão da Unemat pretende fortalecer a Educação Indígena e para isto conta com a parceria do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), do governo Federal. Ana Di Renzo ainda se comprometeu em institucionalizar junto ao campus de Barra do Bugres a Faculdade Intercultural Indígena, que é um pleito antigo dos indígenas.

Durante o encontro o presidente do Conselho Indígena de Mato Grosso, Filadélfio de Oliveira Neto, da etnia Umutina, entregou à Ana Di Renzo um documento com inúmeras reivindicações que eles gostariam que também chegassem às mãos do governador Pedro Taques. Tanto Filadélfio, quanto o cacique Umutina, Lucimar Calomizoré, frisaram a cobrança dos alojamentos e as melhorias da infraestrutura física que há muito vem sendo prometida por governos anteriores, mas que não sai do papel.

A pedido da reitora será formada uma comissão com a participação de três caciques, três acadêmicos indígenas, um professor da Unemat do campus de Barra do Bugres e o diretor de Gestão e Educação Indígena, professor Adailton Alves de Souza para acompanhar as demandas do ensino indígena como a regularização do terreno doado pela Escola Agrícola e reforma do prédio.

Outra proposta pensada pela reitora, entre outras, é a inclusão de vagas indígenas nas ações afirmativas da Instituição, que será encaminhada para sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, (Conepe).

"A Unemat reafirmou o compromisso com a institucionalização de uma política pública para os povos indígenas e nós vamos somar esforços. Eu irei, juntamente com vocês, lutar pelas suas reivindicações", afirmou Ana Di Renzo.

<http://www.novoportal.unemat.br/?pg=noticia/9175>



Abertas chamadas públicas para produtores indígenas

SÍTIO ISA, 09.02.2015

Estão abertas, até março deste ano, as Chamadas Públicas para apresentação de propostas de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER junto a produtores indígenas de base familiar. Os editais são fruto das parcerias entre a Funai, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

As Chamadas são dirigidas ao público indígena que se encontra atualmente em situação de vulnerabilidade social e alimentar e têm como foco principal promover a produção de alimentos básicos às comunidades, com vistas à sua segurança alimentar e nutricional. No caso de produção de excedentes, visa também estimular a geração de renda, sobretudo por meio da facilitação do acesso aos mercados, inclusive institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, popularmente conhecida como Merenda Escolar).

De forma geral, as Chamadas prevêem a prestação de serviços de ATER durante 24 ou 36 meses, de acordo com cada Edital, bem como o aporte de recursos de Fomento para cada projeto produtivo familiar no montante de R\$ 2.400,00/família não-reembolsáveis (recursos a fundo perdido).

No Estado do Acre, porém, a Chamada Pública contempla apenas o serviço de ATER, sem Fomento a projetos produtivos (dado que sua concepção foi anterior à política de Fomento). No caso do Rio Madeira, a Chamada contempla, além de ATER e Fomento, recursos do PROINF/MDA, como estratégia para reestruturação dos sistemas produtivos locais afetados pela cheia histórica do Rio Madeira em 2013/2014 e a crise sociopolítica no início de 2014. Por fim, na Chamada do Semi-Árido, cabe ressaltar que abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe.

As Chamadas podem ser acessadas no site do MDA, no endereço www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas, na guia "ATER Indígena".

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3178-abertas-chamadas-publicas-para-produtores-indigenas>



Boletim de Notícias - Edição nº 25/2015

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

Morre "seo" Domingos, o símbolo da luta quilombola

SÍTIO ISA, 09.02.2015

Autor: Cristina Esteche

Fonte: Terra de Direitos - <http://terradedireitos.org.br/>

Os quilombolas brasileiros perdem uma dos maiores símbolos de resistência na luta pelo retorno à terra, neste domingo (8). Morre em Guarapuava Domingos Gonçalves dos Santos aos 84 anos de idade. Há muitos anos ele lutava contra problemas renais, fazia hemodiálise.

Domingos vivia no barranco, às margens das terras originais dos quilombolas da Invernada Paiol de Telha, que até o ano passado pertencia à Cooperativa Agrária. Há mais de 20 anos, "seo" Domingos ocupou a área, pela primeira vez, junto com filhos, genro e netos, sendo retirados poucos dias depois. Começava então, uma série de ocupações e reintegrações de posse na área herdada pelos descendentes de ex-escravos da fazendeira Balbina de Siqueira.

O homem liderou um grupo de famílias e passou a morar em barraco de lona preta, às margens da área reivindicada. As precárias condições de moradia agravaram a situação fragilizada de saúde do ancião. Ele já tinha perdido a esposa e companheira Anália em 2010.

O sepultamento foi realizado no dia 8, às 17h, no Cemitério de Reserva do Iguaçu.

http://terradedireitos.org.br/2015/02/09/rede-sul-morre-seo-domingos-o-simbolo-da-luta-quilombola/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=rede-sul-morre-seo-domingos-o-simbolo-da-luta-quilombola



Campanha orienta ribeirinhos do Baixo Madeira sobre proteção à crianças e adolescentes

SÍTIO RONDÔNIA DIRETA, 09.02.2015

O barco da Secretaria de Assistência Social (Seas) do governo de Rondônia está percorrendo comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira, em Porto Velho, no trabalho de conscientização da população pelo fim da violência contra crianças e adolescentes e o incentivo de doação de sangue para os dias de folia. A ação faz parte da Operação Carnaval Disque 100, que busca orientar ribeirinhos a respeito da maneira que eles podem denunciar atos de violência contra crianças e adolescentes.

A equipe formada por integrantes do governo Estadual e da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes encontrou, no distrito de Calama, Luciene de Souza, mãe de três adolescentes. Dona Luciene explicou que durante o período de férias ela vive dentro de um pequeno barco com o marido e os filhos, na região de Independência.

Lá, os filhos ajudam na confecção de farinha, que resulta no sustento da família. No período de aula, ela volta com os filhos para Calama. "Faço o sacrifício de viver longe do meu marido por algum tempo. Sonho que os meus filhos tenham um futuro diferente e com oportunidades. É muito bom saber que agora temos esse reforço por parte das autoridades competentes, nos ensinando a forma correta de proteger os nossos filhos. Da maneira que posso, oriento os meus filhos para que se mantenham longe das drogas e nunca, nunca tenham interesse de experimentar nada parecido, além de manter nenhuma relação com pessoas desconhecidas", ressalta a dona de casa.

A Operação Carnaval deste ano chega com uma novidade: além dos trabalhos do Disque 100, organizadores têm parceria com o Hemocentro Estadual, buscando garantir o estoque de sangue para os dias de folia. Fernando Lucas tem 13 anos, vive com a família no Baixo Madeira. Entusiasmado, conta que quer ser "doutor". Questionado pela escolha, Fernando explica que deseja salvar vidas. "Quero ser médico e ajudar os ribeirinhos. Li na internet, que quando eu completar 16 anos, já poderei ser um doador de sangue e para que eu possa salvar vidas, não posso ter contato com drogas", enfatiza o adolescente.

Miguel Pereira chega da roça no final da tarde e encontra a mulher, dona Maria Assunção, acompanhada da equipe de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e dos dois netos, que vieram passar os últimos dias de férias na casa dos avós. Seu Miguel revela a preocupação em garantir segurança aos netos, que vivem na cidade.

"A gente vive aqui com o coração apertado. Não sabemos mais o que fazer para proteger nossas crianças. Eles precisam ir para cidade estudar e estão expostos aos riscos. Estou achando bom esse trabalho do governo. A gente fica mais tranquilo ao saber que até nos barcos estão tendo essa preocupação", disse seu Miguel.

CONT.



A presidente da Associação Estadual dos Conselhos Tutelares de Rondônia, Rose Silva, concorda com o seu Miguel e reforça a importância da iniciativa do Governo de Rondônia de andar de mãos dadas com a Rede de Enfrentamento, que é composta por diversas instituições públicas e ONGs da capital rondoniense. Segundo ela, reflete no bem comum, que resulta na proteção de crianças e adolescentes que estão no quadro de vulnerabilidade.

FORTALECIMENTO

“Temos conhecimento de situações que colocam esses menores em risco. Com esse respaldo dado pelo Governo, fortalecemos ainda mais nossas ações e como resultado, conseguimos diminuir os crimes cometidos contra crianças e adolescentes”, explica Rose Silva.

Se a meta é proteger crianças e adolescentes, o Governo de Rondônia colocou como pauta prioritária e já atende às determinações constitucionais. As ações estão sendo focados no Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o secretário de Assistência Social, Márcio Félix, o trabalho do barco é fundamental para coibir a violação desse direito.

“É preciso compartilhar essa prioridade entre Estado e sociedade, incluindo aí o importante papel da família. Os ribeirinhos estão sendo assistindo e orientados para utilização do disque 100 e também sobre a importância de manter o estoque de sangue em dia”, afirma o secretário.

Na quinta-feira (12), haverá mobilização, a partir das 21 horas, em Jacy-Paraná. Na sexta-feira, os trabalhos estarão voltados na rodoviária e aeroporto de Porto Velho. No sábado, os trabalhos serão em parceria com a Banda do Vai Quem Quer.

'A PEC 215 ameaça todos os segmentos sociais', diz o antropólogo Gersem Baniwa
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2015

Um dos mais respeitados ativistas e estudiosos da questão indígena na Amazônia alerta a sociedade sobre o agravamento dos ataques aos direitos de índios, quilombolas e à biodiversidade brasileira



Ivânia Viera, A Crítica

Os povos indígenas terão este ano um cenário nebuloso sujeito ao agravamento de todas as formas de violência das quais têm sido vítimas no Brasil. A avaliação é do antropólogo e professor-doutor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, e tem base nos indicadores político-econômico colocados como esteios do projeto de desenvolvimento do País.

Um dos embates difíceis dos indígenas é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 215 (transfere para o Congresso a responsabilidade de aprovar a formalização de Terras Indígenas, de Unidades de Conservação e dos Territórios Quilombolas hoje de competência da União). Arquivada no ano passado, a matéria voltará a tramitar no Congresso Nacional nessa nova legislatura. "É necessário e urgente que o movimento indígena construa outras estratégias de luta", afirma Gersem Baniwa.

CONT.



O pesquisador aponta o perfil conservador do Congresso Nacional eleito no ano passado, onde um segmento do setor ruralista – “uma parcela sanguinária que destrói, devasta, explora e invade sem pudor ou moral nossas florestas e territórios” – está fortemente representada como uma das dificuldades para fazer avançar conquistas e direitos coletivos dos indígenas e ameaça real de retrocessos. Os povos da Amazônia, na opinião de Gersem Baniwa, têm nesse cenário duras lutas pela frente. A seguir trechos da entrevista ao A CRÍTICA:

A PEC 215, arquivada no ano passado, será retomada este ano? O que essa matéria representa aos povos indígenas do Brasil?

A PEC 215, articulada e defendida pela bancada ruralista no Congresso Nacional para inviabilizar os processos demarcatórios de terras indígena no Brasil, transfere do Poder Executivo para o Poder Legislativo as atribuições constitucionais de demarcação de terras indígenas, de titulação dos Territórios Quilombolas e de criação de Unidades de Conservação. Digo a você que esse é o maior pesadelo dos povos indígenas na atualidade e o maior desafio na pauta de luta do movimento indígena. Na verdade, o que está sendo proposto é inviabilizar qualquer demarcação de terras indígenas, uma vez que o Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados) teria enormes dificuldades para operacionalizar política e administrativamente os processos necessários para isso.

Como o senhor vê a volta da matéria à pauta do Congresso?

Uma ameaça contínua sobre todos nós porque a bancada ruralista não vai desistir de querer usurpar os direitos indígenas. Os ataques aos direitos indígenas, quilombolas e à biodiversidade brasileira vão continuar porque o segmento empresarial de ruralistas e do agronegócio representam o que tem de mais bárbaro, atrasado, conservador, racista e criminoso no País. É bom que se diga que não são todos os empresários do agronegócio, mas uma parcela deles, a maioria. É parcela sanguinária do segmento que destrói, devasta, explora e invade sem pudor ou moral nossas florestas e territórios, do mesmo modo que violenta e mata quem fica no seu caminho, principalmente os povos indígenas. É um segmento que parou no tempo da barbárie capitalista, que não quer saber da moral de direitos humanos, de democracia igualitária e de desenvolvimento humanos sustentável. Na verdade, é um segmento que perpetua a ideologia racista capitalista que provoca a insustentabilidade do nosso País e do nosso Planeta.

Nesse caso, a PEC 215 deixa de ser “problema dos indígenas e das comunidades quilombolas e tradicionais” para ser problema dos cidadãos..

É isso mesmo. Quando analisamos o teor dessa PEC constatamos que ela não ameaça só os povos indígenas, as comunidades quilombolas, as comunidades tradicionais e os defensores da biodiversidade, e sim todas as pessoas e segmentos sociais interessados na continuidade de vida digna no mundo. Dados de pesquisas mais recentes mostram como, no Brasil, as terras indígenas dão a contribuição mais importante para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas brasileiros. Precisamos buscar formas de comunicação e de

CONT.



estratégia política adequadas para envolver outros segmentos sociais progressistas da sociedade brasileira nessa luta, pela sua relevância estratégica para a qualidade de vida de todos os brasileiros e, dessa forma, também ajudar os povos de várias regiões do mundo. No ano passado, na campanha política e nas falas dos governantes (da Presidência da República aos governos estaduais), os povos indígenas foram ignorados.

Como o senhor avalia essa postura?

Historicamente os povos indígenas sempre foram esquecidos e invisibilizados nas campanhas políticas ou mesmo nas pautas dos governos. Quando aparecem é no contexto marginal ou emergencial de situações pontuais. Mas nas campanhas eleitorais de 2014, esse esquecimento foi bem mais percebido, em minha opinião, por duas principais razões: a primeira, pela grande e direta influência do segmento ruralista do agronegócio claramente anti-indígena junto aos candidatos. De olho no poder econômico e político dos ruralistas e com os necessários apoios financeiros, os candidatos tiveram que estrategicamente esconder temas que contrariassem os interesses ruralistas, patrocinadores de campanhas; a segunda razão refere-se às dificuldades que o movimento indígena vem enfrentando no campo da articulação de alianças, principalmente alianças históricas (com comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, ambientalistas, movimento negro, etc.) para se aproximar ou mesmo participar dos centros de discussões e decisões político-partidárias. Nas décadas de 1990 e 2000 essas articulações e alianças foram mais concretas e impactantes. Nas duas gestões do ex-presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, governou o Brasil por dois mandatos seguidos, de 2003 a 2011), por exemplo, grupos de lideranças indígenas ligados ao PT chegaram a participar de grupos de discussão e elaboração de programas e planos de governo da coligação. Nos últimos anos, por conta da aproximação do partido a outros partidos mais conservadores e anti-indígenas, as lideranças indígenas se afastaram desses espaços. O mesmo aconteceu com o PCdoB, que no Brasil, e, particularmente no Estado do Amazonas, já foi um importante aliado dos povos indígenas e chegou a ser o partido que mais acolheu lideranças indígenas entre seus quadros de filiados, hoje é um dos partidos mais anti-indígenas no Brasil. Basta olhar os posicionamentos e as ideologias defendidas pelos seus principais líderes nacionais: contra os direitos indígenas, contra o código florestal, etc.

O cenário traçado pelo senhor impõe grandes e urgentes tarefas ao movimento indígena brasileiro e da Amazônia...

Sim. É isso! O movimento indígena precisa voltar a ser mais dinâmico, proativo, protagonístico e articulado para buscar ou mesmo criar novos espaços de diálogo e de intervenção nas estruturas do Estado em favor dos direitos coletivos dos povos indígenas. É claro para nós que as pautas temáticas defendidas pelos governantes são resultados de correlações de forças dentro de suas coligações e grupos políticos. Daí a ausência ou a fraca participação de indígenas nesses espaços, não contribui para dar alguma visibilidade à agenda indígena. Curiosamente isso ocorre no momento em que há maior presença indígena em espaços de governos (municipais, estaduais e federais: prefeitos, vereadores, secretários, diretores, gerentes, coordenadores indígenas), inclusive número expressivo de indígenas filiados a

CONT.



partidos que concorreram nas eleições de 2015, com 85 candidatos, sem que nenhum conseguisse se eleger. É também o período em que os povos indígenas conseguiram chegar às universidades, que já somam hoje mais 13 estudantes universitários. Isso faz pensar que, por um lado, temos um movimento indígena de vanguarda e de resistência autônoma e independente (faz críticas às vezes radicais ao governo) e, por outro lado, indígenas ligados aos partidos ou aos governos bastante subservientes, que não conseguem se impor e pautar a temática indígena nesses espaços de poder partidários.

Como sair dessa situação e realizar mudanças?

É extremamente importante a vanguarda autônoma de resistência do movimento indígena, mas é necessário e urgente que também o movimento indígena comece a construir outras estratégias de luta mais proativas e construtivas, como participar de formas mais diretas nos espaços de tomadas decisões, por meio de seus representantes eleitos por voto popular por ocasião das eleições e que consiga articular as suas diferentes forças e potencialidades internas, como são o novo exército de universitários, gestores, profissionais e políticos indígenas. A elite de lideranças indígenas que frequenta Brasília e que tenta fazer interlocução junto ao governo precisa envolver, contar e somar força com esses outros novos segmentos indígenas tão importantes para as lutas por direitos cada vez mais complexas.

Foto: Gersem Baniwa é um dos mais respeitados ativistas e estudiosos da questão indígena na Amazônia. (Reprodução do Observatório da Educação)

PEC 215: mais uma ameaça aos direitos quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2015

Na última sexta-feira (6/02), a Proposta de Emenda à Constituição 215/2000 foi desarquivada colocando em risco também os direitos dos quilombolas.



Do Blog da Comissão Pró-Índio de São Paulo

Em 6 de fevereiro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desarquivou a Proposta de Emenda à Constituição n. 215 de 2000 que inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas.

Apensada à PEC 215, a PEC n.º 161/2007 visa modificar a redação do artigo 68 do ADCT que reconhece o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras. Segundo a proposta, os títulos passariam a ser concedidos por meio de lei o que significa que a regularização de terras quilombolas passaria também a ser atribuição do Poder Legislativo.

Pelas normas atuais, a competência para a titulação das terras quilombolas é do Poder

CONT.



Executivo. No caso do governo federal, o Incra é o órgão responsável por identificar, demarcar e outorgar os títulos. Os governos estaduais também podem titular terras quilombolas contando com normas próprias para disciplinar os procedimentos.

A mudança proposta pela PEC é uma clara tentativa de dificultar a efetividade do direito assegurado aos quilombolas na Constituição. Representa mais um obstáculo para que os mais de 1.400 processos abertos no Incra venham a ser concluídos. Se o cenário já é de baixa implementação com apenas 154 terras regularizadas até hoje, ficará ainda pior.



Indígenas bloqueiam acesso a canteiro de obras para cobrar dívida de Belo Monte
SÍTIO ISA, 10.02.2015

Autor: Leticia Leite

Fonte: Instituto Socioambiental - <http://www.socioambiental.org>

Ainda era madrugada nesta segunda-feira (9/2) quando mais de 100 índios de sete etnias chegaram ao Sítio Pimental, canteiro de obras onde está sendo feita a principal barragem do Rio Xingu para a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará. Eles bloqueiam a entrada e a saída de trabalhadores da usina para exigir o cumprimento das condicionantes socioambientais da obra.

A pauta de reivindicação é a mesma dos protestos anteriores: saneamento básico, construção de escolas, postos de saúde, de vigilância, além da indenização pela perda da pesca ornamental, importante atividade de subsistência dos indígenas da Volta Grande. Três anos depois do início da construção da usina, quase 70% da hidrelétrica concluída, a empresa Norte Energia está prestes a pedir a Licença de Operação, que pode lhe dar direito a barrar definitivamente o Xingu e operar as primeiras turbinas de Belo Monte.

Até o fim de janeiro deste ano a Norte Energia declarou que nenhum dos 34 postos de saúde ou dos 34 prédios escolares previstos foram construídos e concluídos nas aldeias atingidas pela obra. A maioria está em fase de elaboração de projetos. Apenas metade dos sistemas de abastecimento de água estão concluídos e das 34 casas de farinha que deveriam estar prontas, apenas três estavam concluídas até o fim de janeiro.

Os principais e mais graves descumprimentos das condicionantes indígenas se concentram em condicionantes que eram de natureza preventiva, como a regularização fundiária das terras indígenas impactadas, cuja responsabilidade é do governo federal, e a execução de um Plano de Fiscalização e Vigilância Territorial que prevê a construção de Unidades de Proteção Territorial para minimizar impactos e pressões aos direitos territoriais dos povos, de responsabilidade da Norte Energia. Eram previstos, por exemplo, 14 postos de vigilância e, hoje, estão concluídos apenas dois.

Por conta do bloqueio, os trabalhos no Sítio Pimental foi parcialmente interrompido. A Norte Energia publicou uma nota oficial sobre a ocupação.

<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/indigenas-bloqueiam-acesso-a-canteiro-de-obras-para-cobrar-divida-de-belo-monte>



Protesto de índios chega ao 2º dia em estrada de acesso à Belo Monte

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 10.02.2015

*Representantes de 8 aldeias fecham via de acesso ao canteiro de obras.
Uma reunião está marcada para esta terça para tentar solucionar a questão.*

Índios de oito aldeias continuam bloqueando nesta terça-feira (10) a estrada que dá acesso ao sítio Pimental, um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no sudeste do Pará. O protesto é para pressionar a empresa em relação às obras nas comunidades indígenas. A Norte Energia, empresa que constrói o empreendimento, disse que repudia o protesto e que cumpre integralmente as demandas dos indígenas.

O bloqueio da estrada iniciou na madrugada da última terça-feira (9). Índios Xipaia, Juruna e Arara bloquearam o trecho de uma vicinal do km 27, que dá acesso ao sítio Pimental, a 60 km de Altamira. Ônibus e caminhões foram usados para impedir o tráfego no trecho. Uma reunião com representantes da Casa de Governo de Altamira está marcada para esta terça.

Os indígenas cobram a construção de casas em alvenaria, escolas, postos de saúde e banheiros, além da conclusão das obras de saneamento nas aldeias. Os líderes alegam que a Norte Energia não está cumprido as ações previstas no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena.

“A gente vê a obra andando, moramos aqui do lado, e as coisas para a gente não andam. Não temos um posto de saúde, não temos uma escola, não temos banheiro. Sempre fazemos a manifestação repetindo isso”, disse Giliard Juruna.

Eles também reclamam da dificuldade para dialogar com a empresa. “A gente está disposto a ficar aqui até vir alguém aqui com poder de decisão para a gente poder resolver esse problema”, disse outro representante indígena.

Esta já é a quarta vez que o grupo ocupa a estrada nos últimos dois anos. Os líderes dizem que só aceitam negociar com representantes da empresa Norte Energia, da Funai e do Governo Federal que possam solucionar as questões apresentadas.

“Os programas e projetos que estão sendo implantados são projetos que estão só no papel, só têm nome. A gente não vê resultado. Há um ano atrás a gente tinha facilidade muito grande de conversar com a coordenação regional de Altamira da Norte Energia e hoje você tem que agendar”, reclama José Carlos Arara, liderança indígena da aldeia Karydjam.

A Polícia Federal foi até o local e chegou a conversar com os manifestantes, mas os índios decidiram acampar. Carretas que transportavam equipamentos para o canteiro de obras não puderam seguir viagem e ficaram paradas na estrada a três quilômetros do bloqueio.

Primeiro vereador indígena do ES toma posse em Aracruz

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 10.02.2015

*Ervaldo Santana ocupou a cadeira deixada por Erick Musso.
A posse aconteceu na noite desta segunda-feira (9).*



Primeiro vereador indígena toma posse em Aracruz, no Espírito Santo
(Foto: Reprodução/ TV Gazeta)

De terno e cocar, o primeiro representante indígena a compor a Câmara Municipal de Aracruz, no Norte do Espírito Santo, tomou posse na noite desta segunda-feira (9). Ervaldo Santana Almeida (PTB), conhecido como Ervaldo Índio, assumiu a vaga de Erick Musso (PP), que foi eleito deputado estadual.

Antes de tomar posse, Ervaldo passou o dia na Câmara para verificar o local de trabalho e os últimos ajustes antes de assumir. "Fiquei o dia inteiro lá para ver se estava tudo certinho, verifiquei os documentos e tudo mais", disse.

No plenário, a população indígena comemorou a conquista. "Será um ganho muito grande para nós, porque, pela primeira vez, nós temos um vereador. É muito importante para a comunidade indígena, para buscarmos nossos direitos, melhorias para nossa comunidade", afirmou o cacique da aldeia de Caieiras Velha, Manoel dos Santos.

Índio obteve 646 votos para vereador em 2012 e ficou como primeiro suplente da Coligação "Lealdade e Compromisso". Nascido na Aldeia Indígena de Pau-brasil, ele mora na Aldeia Indígena de Caieiras Velha.



Primeiríssima necessidade

SÍTIO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 10.02.2015

Por Marcos Fabrício Lopes da Silva em 10/02/2015 na edição 837

É de primeiríssima necessidade que tomemos conhecimento da tese *Violência e singularidade jornalística: o massacre da Expedição Calleri* (2013), defendida pela professora, jornalista e doutora em Comunicação Verenilde Santos Pereira, na Universidade de Brasília. Nas palavras da autora, expressas no resumo da pesquisa, “essa tese analisa os limites que a singularidade – considerada por Adelmo Genro Filho (1987) como a matéria-prima do jornalismo – oferece para a inteligibilidade de acontecimentos complexos que necessitam de uma contextualização consistente e da divulgação da estrutura de sentidos de onde os acontecimentos emergem”. O objetivo da pesquisadora foi destacar e comentar os procedimentos discursivos presentes e ausentes na cobertura jornalística sobre o “massacre da Expedição Calleri”, ocorrido em outubro de 1968, no percurso da estrada BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. Mais um triste capítulo de desrespeito às comunidades indígenas, impetrado autoritariamente no Brasil desde o período colonial, vitimando, desta vez, os Waimiri-Atroari, que foram acossados pela expedição católica chefiada pelo padre italiano Giovanni Calleri, empenhada em retirá-los do percurso da referida estrada que cortou ao meio as terras daquele povo violentado em seus direitos.

À luz do conceito de “banalidade de mal”, desenvolvido pela filósofa Hannah Arendt para compreender a alienação bárbara presente nas atitudes maléficas que protagonizaram o genocídio em pleno regime nazista, Verenilde Santos Pereira, argutamente, observa semelhante fenômeno na perseguição dirigida aos indígenas no Brasil. É chocante que desde os tempos coloniais vincula-se o estigma de bárbaros às comunidades indígenas. Atitude cometida pelos ditos “civilizados”, autores de um cruel etnocentrismo de alcunha colonizadora. Choca, por exemplo, o parecer ignorante de Pero Magalhães Gandavo, ao tentar compreender os hábitos sociolinguísticos da nossa população nativa. Evidente, na observação do referido intelectual, em *História da província Santa Cruz* (1576), a contaminação patrimonialista e religiosa portuguesa, no sentido de subjugar os indígenas, negativizando-os, conforme a regra metropolitana de conduzir geopoliticamente as relações com a colônia brasileira: “A língua de que usam toda pela costa é uma [...] carece de três letras, convém a saber, não se acha nela f, nem l, nem r, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei: e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido” (cap. 10, fl. 33v.).

Com a leitura da tese de Verenilde Santos Pereira, ficam ainda mais sugestivos os versos de Curumim Chama Cunhatã *Que Eu Vou Contar* (1983), canção de Jorge Ben Jor, dirigida criticamente a uma era marcada, a um só tempo, por sinais de irrupção de um nazismo jeca e pela preocupação com a identidade cultural em um mundo globalizado: “Todo dia/Toda

CONT.



hora/Era Dia de Índio/Mas, agora eles só têm um dia/O dia 19 de abril". Com esse simples bordão, o artista cantou a marginalização sofrida pelos indígenas desde a época do Brasil Colônia. A pesquisa da jornalista amazonense se alinha a um conjunto de estudos esclarecedores acerca dos massacres sofridos constantemente pelas comunidades indígenas. Em 1492, havia na América cerca de 50 milhões de habitantes, pouco menos do que na Europa. Em pouco tempo, com a chegada de Colombo, os 25 milhões de nativos do planalto mexicano foram reduzidos a dois milhões; nos Andes, dos 10 milhões sobrou apenas 1,5 milhão em fins do século 16. No Brasil não foi diferente: em 1500, a população indígena era de seis milhões; hoje ela está reduzida a 896.917 habitantes, representando 0,47% da população nacional.

Intolerância e pensamento único

Tragédia tão grande quanto o genocídio é o esquecimento das formas de pensar e viver das sociedades indígenas. Quando Davi Ianomâni diz que "os brancos desenham as palavras porque o seu pensamento é cheio de esquecimento", ele está pondo sob suspeita a nossa história escrita, a começar pela própria ideia de descobrimento. Os brancos são "engenhosos", alerta Ianomâni. "Eles dizem: 'Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes! (...)'. Mas eu, filho dos antigos ianomâmis, habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali, antes de mim. Eu não digo: 'Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto a possuo! Ela existe desde sempre, antes de mim.' Eu não digo: 'Eu descobri o céu!' Também não clamo: 'Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!'"

Essa visão de pertencimento territorial é, portanto, inteiramente diferente daquela que vê no ato de "descobrir" um princípio de posse e propriedade. Na História de Lince, livro em que o antropólogo Lévi-Strauss descreve os mitos dos gêmeos entre os europeus e os ameríndios, essa diferença da ideia de descobrimento fica exposta de maneira evidente: enquanto nos mitos ocidentais o que se procura é a identidade entre os gêmeos, nos mitos das sociedades indígenas o que se busca é a diferença entre eles. Dessa maneira, diz Lévi-Strauss, no pensamento ameríndio a sua própria existência implicava, também, a existência dos não-índios. Muito antes da descoberta do "Novo Mundo", o lugar dos brancos já estava marcado no sistema. Isso explica a forma acolhedora com que os "índios" receberam os brancos no primeiro momento. Basta reler as narrativas dos primeiros viajantes. Os indígenas já estavam preparados não apenas para receber o outro, mas também para reconhecer o outro como diferente. O mesmo não se pode dizer dos ocidentais: intolerância e pensamento único foram suas expressões nestes 514 anos. Os alicerces do que somos hoje foram construídos com o massacre indígena e o esquecimento de sua forma de pensar e organizar as sociedades de maneira diferente.

Link da tese de Verenilde Santos Pereira:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14140/1/2013_VerenildeSantosPereira.pdf

Marcos Fabrício Lopes da Silva é professor da Faculdade JK, jornalista, poeta e doutor em Estudos Literários.

Indígenas ameaçam novo bloqueio na Br-163, no nortão de MT

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 10.02.2015

Índios querem demissão de secretária e mais remédios nas aldeias



Jonas Jozino | Redação 24 Horas News

Índios da região norte de Mato Grosso voltam a ameaçar fechar a BR-163 caso o governo federal não exonere a coordenadora Snna Rochelle Aparecida Silva Sarmanto, da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Os indígenas bloquearam na semana passada a rodovia entre as cidades de Santa Helena e Itaúba e só deixaram o local com a chegada da Força Nacional. Agora prometem novo bloqueio.

Lideranças indígenas do nortão revelaram que estão aguardando apenas a chegada dos "guerreiros" das etnias Terena e Maben-Grokê para retomarem o bloqueio, o que deve acontecer já na quarta-feira (11). "Não sabe o que vai acontecer, mas será mais pesado que da última vez, quando por dois dias seguidos a passagem foi impedida", avisam os caciques indígenas.

CONT.



Além da demissão de Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmiento, da Sesai, os indígenas cobram o envio de mais remédios às aldeias e a melhora no atendimento de saúde para dois índios que vivem nas 39 aldeias da região.

Há cerca de uma semana, indígenas bloquearam a rodovia entre Santa Helena e Itaúba, exigindo a exoneração da coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), de Colíder, Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmiento (que fez mudanças de gestão) cobrando envio de mais remédios e para melhorar a estrutura para o atendimento de saúde aos cerca de 2 mil índios que vivem nas 39 aldeias da região.



Câmara aprova proposta que diminui burocracia para pesquisa científica

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 10.02.2015

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira, 9, o texto principal de uma proposta que diminui a burocracia para a realização de pesquisas científicas com recursos genéticos brasileiros ou que usem conhecimento de povos tradicionais. A chamada "lei da biodiversidade" beneficia principalmente as indústrias farmacêutica e de cosméticos, que respondem pela quase totalidade desse tipo de investigação.

Os deputados fizeram um acordo para aprovar o texto-base da matéria e as emendas serão analisadas nesta terça-feira, 10. Há pontos polêmicos que devem gerar disputas, como a concessão de uma anistia a empresas que haviam sido multadas por levar adiante pesquisas sem autorização do órgão competente.

O principal objetivo do projeto é "desafogar" o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que concentra os pedidos para que pesquisadores façam estudos com material genético nacional. É o caso de uma pesquisa que necessite de uma determinada planta nativa do Brasil. O problema é que, pela estrutura atual, o trâmite para essa autorização pode levar anos.

A "lei da biodiversidade" cria um banco nacional de registros para pesquisas que dependam de extração de recursos genéticos. Mas, para agilizar o processo, os estudos sem fins comerciais deixam de depender do aval do CGen, sendo necessário apenas um cadastro no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Outra inovação da proposta é um dispositivo que prevê o pagamento de royalties pelo uso do material genético depois que o produto acabado estiver em comercialização. Nas regras atuais, as empresas e as instituições de pesquisa precisam realizar esse pagamento assim que for identificada viabilidade comercial.

"Como uma empresa, instituto ou universidade que não tem a mínima noção do resultado que (sua pesquisa) vai dar do ponto de vista comercial paga antes? Isso é inibir pesquisa", questiona o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), relator da matéria.

Encaminhado ao Congresso pela presidente Dilma Rousseff em junho de 2014, o projeto tem sido usado pelo governo para trancar a pauta da Câmara desde agosto de 2014. O objetivo era bloquear a análise de temas que desagradam o Palácio do Planalto. Mas o novo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), manobra para liberar a pauta e para colocar em discussão nos próximos dias a criação de uma "quarentena" para impedir a fusão de novos partidos.

CONT.



Fundo

A proposta também cria um mecanismo para repartir os benefícios obtidos pelas pesquisas. O texto prevê a instituição de um Fundo Nacional de Repartição de Benefícios que deverá receber aporte das empresas sempre quando a pesquisa envolver patrimônio genético ou conhecimento tradicional difuso - que não diga respeito a uma comunidade indígena específica, por exemplo. O objetivo será distribuir recursos entre as diferentes comunidades tradicionais do País e para a preservação de áreas protegidas.

Para constituir o fundo, a indústria terá que desembolsar 1% das receitas da mercadoria oriunda da pesquisa com material genético. O aporte pode ser reduzido a até um décimo desse valor, mediante negociação com o governo.

Quando uma companhia conseguir benefícios de uma mercadoria desenvolvida a partir do conhecimento de uma comunidade específica - indígena ou quilombola, por exemplo -, a repartição de benefícios ocorrerá diretamente com os membros do grupo tradicional. Ela pode ser monetária ou mediante negociação com o órgão responsável do governo (no caso de índios, a Funai), ser transformada em serviços ou paga em mercadorias.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) argumentou que o projeto foi pouco discutido com a sociedade e que os mais interessados - indígenas e quilombolas - não foram ouvidos. "Não somos a favor do liberou geral", disse Valente. Para ele, os valores propostos para a repartição de benefícios com as comunidades tradicionais são insuficientes. "É um número cabalístico e merecia um debate melhor", afirmou o deputado.



Pesquisadores defendem conhecimento de populações tradicionais no FSMBIO 2015
SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 10.02.2015

Na plenária final, pesquisadores defendem conhecimento de populações tradicionais para preservação da biodiversidade e compartilham carta final do FSMBIO 2015

Por Susana Sarmiento - Portal Setor3 (Senac SP)

Biodiversidade foi o tema central da última plenária do Fórum Social Mundial da Biodiversidade 2015 (FSMBIO 2015), em uma das salas do Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, em Manaus (AM), na última sexta-feira (30 de janeiro). Com o tema Biodiversidade, bioética e o outro mundo possível, esse debate ressaltou a valorização de produção das comunidades tradicionais da região Norte do Brasil, a necessidade de uma visão humanista em meio ambiente e a finalização com a apresentação da carta do evento e a consulta dos participantes para alterações das propostas desse documento para ser encaminhado no Fórum Social Mundial 2015, que ocorrerá em março na Tunísia.

Para discutir essas questões, participaram os seguintes especialistas: Amyra El Khalili, da Aliança RECOS; Michael Schmidlehner, da ONG Amazonlink; Antonio Carlos Witkoski, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM); e Sérgio Uchôa, da organização do FSMBIO 2015.

Michael contextualizou como o sistema econômico pode impactar no meio ambiente com escolhas de construções de usinas hidrelétricas nos diferentes biomas. Ele mostrou como algumas comunidades valorizam a terra e o meio ambiente como sua casa. "Eles possuem uma visão muito diferente. Ainda temos uma visão utilitarista dessas coisas". Lembrou ainda que países como Bolívia e Equador incluíram em suas políticas o reconhecimento da natureza. "A mãe terra é um ser vivo único e indivisível", defendeu.

Antonio Carlos Witkoski, professor da UFAM, comentou que pesquisa há muitos anos comunidades ribeirinhas e caboclas, que trabalham na terra e floresta praticando extrativismo. Explicou que esse povo é fruto de europeus que ocuparam a Amazônia e os ameríndios da região. "Isso é importante dizer e pensar Amazônia. Pode definir por outras categorias e compartilhamentos, porque os ameríndios não consideram fronteiras. O território é visto por eles de outra maneira".

Além do termo de biodiversidade, o professor também citou o conceito de sociodiversidade. Com uma visão hegemônica, ele explica que esse termo contribui para criar e até produzir o conteúdo histórico e uma racionalidade sistêmica. Um exemplo citado foi o caso da pesca comercial que não respeita o tempo de vida do piacuru, comprometendo o ciclo reprodutivo desse peixe. "A Terra é um sistema fechado e finito. Estamos num dilema e não há

CONT.



preocupação com o tema de reprodução da natureza, porque não acumula em todos os sentidos".

O pesquisador de comunidades ribeirinhas também criticou a democracia do Brasil: "Temos uma democracia representativa que não nos representa, e não caminhamos para a participativa, porque não participamos". Para ele, a saída é ressignificar os partidos políticos para terem um movimento democrático.

Em relação à conservação da floresta local, o professor defendeu a criação de um "estoque" de conhecimento de populações tradicionais. Também questionou a necessidade de criação de uma embarcação fluvial na cidade de Manaus, por terem rios para mobilidade. "É necessário rever a ciência e dialogar com os povos da Amazônia".

Antonio Carlos citou o filósofo Antonio Gramsci para chamar atenção de quem tem que controlar o seu meio é a própria sociedade. "Quando mais organizada a sociedade, menos força do Estado", afirmou baseado num pensamento do cientista político. Dessa forma, ele pontuou que é importante reconhecer primeiro a força da sociedade, caso o regime democrático tivesse avançado; a necessidade do desprivatização do Estado brasileiro e a sociedade fazendo política.

Sérgio apresentou todos os voluntários e agradeceu o trabalho realizado durante o FSMBIO 2015, além de convocar representantes dos órgãos parceiros do evento. No final, houve leitura da carta final feita por organizações e movimentos sociais, com propostas construídas durante as oficinas, palestras, debates e as plenárias sobre agroecologia, segurança e soberania alimentar; trabalho decente e transição justa; bacias hidrográficas como base de planejamento; mudanças climáticas e direitos humanos; biodiversidade, bioética e um outro mundo é possível.



Câmara aprova texto-base de regras para pesquisa do patrimônio genético
SÍTIO EXPRESSO MT, 10.02.2015

*Aprovação foi nessa segunda; texto ainda será encaminhado ao Senado.
Patrimônio genético inclui micro-organismos, espécies vegetais e animais.*

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (9) o texto-base do projeto que trata de novas regras para exploração do patrimônio genético de espécies nativas e da agropecuária, concedendo um tratamento especial às pesquisas de desenvolvimento de espécies exóticas, como soja e cana, entre outros produtos.

Essas medidas deverão facilitar a realização de pesquisas com base nos recursos da biodiversidade brasileira, que são os micro-organismos, plantas, raízes, entre outros.

De acordo com a Reuters, ainda precisam ser analisados os destaques ao texto para que seja encaminhado ao Senado. Deputados devem voltar a se debruçar sobre o tema nesta terça (10).

O parecer apresentado pelo relator, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), é explícito ao determinar que a pesquisa para exploração econômica de espécies exóticas, que não são nativas do Brasil, como soja, arroz e cana, e estudos envolvendo melhoramento de raças animais ficarão isentos da cobrança de royalties.

"Nesta nova proposta é estabelecida uma forma equilibrada de cobrança somente para aquele que explora econômica e comercialmente a biodiversidade brasileira nativa, daí excluindo-se as espécies exóticas, inclusive as exóticas domesticadas, do pagamento da repartição de benefícios", diz Moreira em seu relatório.

Facilitação para pesquisas

O texto foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional em junho do ano passado.

Além de simplificar os trâmites para o início de pesquisas que buscam novos produtos cosméticos e medicamentos baseados no patrimônio genético do Brasil, o documento, aprovado parcialmente, também tem o objetivo de possibilitar uma repartição mais efetiva dos ganhos com os detentores do chamado conhecimento tradicional – que são os povos indígenas, extrativistas e outras comunidades como os quilombolas.

Atualmente, a regra que dispõe sobre o patrimônio genético - a Medida Provisória 2.186-16, de 2001 - é considerada "extremamente confusa" pelo governo.



Chalanas e comitiva levam assistência jurídica e social no Estado

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 10.02.2015

Da Reportagem

A Defensoria Pública do Estado, sob Djalma Sabo Mendes Júnior, dá início no próximo dia 19 a oitava edição do Projeto Ribeirinho Cidadão, cujo intuito é levar assistência jurídica e social integral e gratuita à população que reside às margens dos rios da região de Santo Antônio de Leverger a Poconé.

Com duração de 15 dias, divididos em duas etapas, fluvial e terrestre, o projeto contará com a presença de 57 profissionais das mais diversas áreas. Na primeira parte, Defensores, Juízes, Médicos, Promotor de Justiça, Oftalmologistas, Dentista, bem como outros profissionais aptos a solucionar questões jurídicas e sociais, irão navegar, por 10 dias, as águas que banham as comunidades entre Barão de Melgaço e Poconé.

Uma novidade nesta oitava edição é a presença de uma equipe do Juizado Volante Ambiental de Cuiabá (Juvam), durante toda a primeira etapa. Já na segunda parte, que terá início em dois de março com duração de cinco dias, o atendimento será prestado à região de Santo Antônio de Leverger, sendo encerrada no Distrito de Mimoso. A novidade nesta etapa é a inclusão do município de Juscimeira no percurso.

Durante todo o projeto é feita a doação de óculos e medicamentos, bem como confecção de documentos como Identidade Civil, Carteira de Trabalho e CPF. Além disso, neste ano está sendo realizado um trabalho em prol da limpeza das margens do Rio Cuiabá. Foram entregues sacos de lixo à Colônia de Pescadores Z3, sendo que, mediante a devolução de 50 quilos de lixo, a Receita Federal doará cobertores, roupas e meias.

“Este projeto teve início com o objetivo de prestar assistência jurídica à população ribeirinha. Na medida em que foi sendo realizado, entretanto, percebeu-se a necessidade da integração de outros serviços, também carentes na região. Hoje, nesta oitava edição, estamos convictos de que a Defensoria Pública está cumprindo o papel de levar os serviços jurídicos e cidadania aos assistidos”, declarou o Defensor Público-Geral.

Coordenador do projeto, o Defensor Público Air Praeiro ressalta que o objetivo é a solução dos conflitos, com efetiva prestação jurisdicional, em tempo real, pela reunião simultânea dos responsáveis pela administração da justiça, ampliando-se os limites de resolução. “Espera-se que este Projeto realmente cumpra seu objetivo de oferecer ao cidadão o verdadeiro Estado Democrático de Direito”.

São parceiros do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25/2015

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Ministério Público; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Assembleia Legislativa; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários. (Gabriela Galvão/Assessoria)

Projeto de lei que viola direitos de povos e comunidades tradicionais volta a ser discutido no Congresso Nacional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2015

Projeto de Lei 7735, que prevê a facilitação de acesso a bens comuns e conhecimentos tradicionais, deve ser votado nesta terça-feira (10). Para assessor jurídico da Terra de Direitos, o texto que está sendo discutido representa apenas os interesses dos setores industriais, farmacêutico e do agronegócio.



Terra de Direitos

Sem que fosse votado em 2014, o [Projeto de Lei 7735](#) – que tranca a pauta da Câmara dos Deputados há seis meses por tramitar em regime de urgência, volta à discussão esta semana.

Com a aprovação do relatório e de um texto substitutivo proposto pelo deputado ruralista Alceu Moreira (PMDB) nesta segunda-feira (9), a votação do Projeto de Lei (PL) deve acontecer ainda nesta terça-feira (10), a partir das 14h.

A partir da admissão do novo texto, o PL que será votado terá incluso a discussão sobre a regulamentação da agrobiodiversidade. Além de prever a facilitação de acesso e repartição de

CONT.



benefícios do uso dos bens comuns naturais e conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento de produtos e experimentos científicos – algo já proposto no PL apresentado inicialmente pelo Governo –, o PL que seguirá para a votação estende essas facilidades às situações relacionadas à alimentação e agricultura.

O novo texto também ressuscita vários pontos do ante-projeto de Lei discutido em 2014 pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e que pretendia instituir o controle privado sobre sementes crioulas.

A regulamentação de tratados internacionais como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e o Protocolo de Nagoya continuam previstas no PL.

Na votação do substitutivo, partidos como PT, PV, PSOL e PC do B se posicionaram contra. Se aprovado, o Projeto de Lei segue para aprovação do senado.

Interesses econômicos

Para o Assessor Jurídico da Terra de Direitos, André Dallagnol, o texto que está sendo discutido representa apenas os interesses dos setores industriais, farmacêutico e do agronegócio. “Prova disso é a previsão de anistia para multas anteriormente aplicadas, além das inúmeras possibilidades de se esquivar da obtenção de consentimento prévio e informado dos detentores dos conhecimentos tradicionais. Há também a expectativa, do agronegócio, de não precisar pagar ‘royalties’ sobre a exploração de espécies exóticas”, explica.

Segundo o assessor, a questão do pagamento de direitos sobre as variedades exóticas foi o principal argumento apresentado pela bancada ruralista, em 2014, como uma barreira à aprovação do Protocolo de Nagoya. Para ele, a oposição a esse protocolo, que implicaria no pagamento de royalties de sementes exóticas, tem o único propósito de esconder os reais interesses das transnacionais do agronegócio, que é alcançar o monopólio sobre as sementes crioulas.

Detentores de conhecimento tradicional afetados

O mecanismo de obtenção de consentimento de aquisição de conhecimentos tradicionais, regulamentado no PL, traz também brechas que impedem que os povos controlem o acesso aos seus saberes. Além disso, não prevê maior facilidade no acesso dessas comunidades aos recursos genéticos de propriedades privadas ou unidades de conservação.

Contrastando com a participação direta dos setores farmacêuticos, industriais e do agronegócio, os detentores dos conhecimentos tradicionais não tiveram espaço nos debates que antecederam a proposição do projeto 7735.

CONT.



Segundo Dallagnol, isso viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Convenção da Diversidade Biológica e o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), que determinam que haja a consulta prévia livre e informada de agricultores, comunidades e povos tradicionais nesses casos.

O fato do PL estar tramitando em regime de urgência – uma herança da ditadura militar – também prejudica a ampliação do debate dos possíveis impactos de se regulamentar o acesso e repartição de benefícios sobre recursos genéticos – bem de todos – e conhecimentos tradicionais associados – bem dos detentores –, sem que estes participem.

“A falta de diálogo com esses grupos resultou em um projeto de visão restrita, uma vez que não se levou em consideração questões que são discutidas pelos detentores de saberes tradicionais”, fala.

Para o assessor, isso demonstra a falta de comprometimento do Governo e Parlamentares brasileiros com os compromissos assumidos internacionalmente. Ao tentar regulamentar esses instrumentos internacionais, como a CDB e o Protocolo de Nagoya, o Brasil acaba por feri-los de morte – a participação de agricultores, povos e comunidades tradicionais em projetos de seus interesses é assegurada por esses e outros tratados.

Tal cenário deve fomentar discussões entre os povos dos campos, das florestas e das águas contra o avanço dos interesses econômicos sobre seus territórios e conhecimentos.

No fim de 2014, mais de 50 organizações e movimentos sociais assinaram a carta De onde brotam os espinhos, se posicionando contra a aprovação do PL.

Publicações relacionadas

A situação de povos e comunidades tradicionais é discutida no Boletim O Horizonte é logo ali, produzido pela Terra de Direitos no fim de 2014. O material traz um panorama de avaliação dos acontecimentos passados que são de interesses dos povos do campo, da floresta e das águas, e projeta possíveis impactos em 2015.

Sabe-se que a atuação de detentores de saberes tradicionais está diretamente ligada a luta pela preservação da biodiversidade. A prática de tais conhecimentos depende diretamente do que é fornecido pela natureza. A matéria Retribuindo os presentes que a terra dá, presente no boletim, fala sobre a atuação de benzedeiras e raizeiras, que são exemplos de agentes de conservação.

As participações na Convenção da Diversidade Biológica e na Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena também são noticiadas no boletim. A partir disso, é realizada reflexão desses mecanismos de proteção da biodiversidade e o reflexo de tais instrumentos no cotidiano de agricultores e povos tradicionais.

Foto: A Cultura das Benzedeiras. Foto do site Etnia Brasil de Livia Zaruty (CC BY-NC-ND).

Tenho sede, por Antonio Claret Fernandes
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2015



Da secretaria do MAB à balsa de Assurini é um pulo. Sofia acostuma-se com essas distâncias, a pé, pelas ruelas de Altamira. O barulho do motor de reboque e o calor são quase insuportáveis. Sua boca está seca. Sente-se n'água morrendo de sede.

Enquanto a balsa se movimenta e, depois, zarpa, ela vai pensando um monte de coisa. Fica atenta a pessoas conhecidas ou carro com vaga que lhe possam dar carona até a Sol Nascente, onde motoqueiro a espera para reunião em Palhal, atingida por Belo Monte. Mas sem preocupar-se. Carona, ali, nunca foi problema.

Concentra-se no Xingu, águas esverdeadas, biodiversidade, fonte de vida para milhares de famílias, agora destroçado.

Norte Energia e o Governo, exceto nalgum ponto específico, encaram o fato como normal: barrar o rio, secar a Volta Grande, fechar a comporta antes de garantir o direito – sobremesa antes da refeição –, privatizar a água e a energia, fazer um linhão da Amazônia ao Sudeste

CONT.



para escoar essa mercadoria preciosa, avançar sobre o Tapajós, inventar a historiazinha das barragens-plataforma, usar o 'diálogo' para enganar os Munduruku e os atingidos em geral, e assim por diante.

Os capitalistas abusam de mitos da Amazônia para seu proveito, tornando-a folclórica, exaltando florestas e aves, usando algumas ONGs e, até, construindo uma Arca de Noé para os bichos, mas deixam de lado o mais importante: as pessoas!

A Amazônia real são seus diferentes povos: os mais de 20 mil operários explorados nos canteiros de Belo Monte, os indígenas que vão ficar sem água, as famílias não reconhecidas abaixo do muro, os acampados em Vitória do Xingu que lutam por direito a moradia, as famílias do Novo Horizonte em Brasil Novo, os moradores de áreas alagadiças, os habitantes da cidade de Altamira em vida precarizada, os pescadores sem indenização, camponeses enganados, as centenas de vítimas da violência crescente, os que morrem sem assistência, os que sonham com uma educação descente, os que foram transferidos para o Jatobá e São Joaquim sem garantia de políticas públicas, os que são criminalizados na luta, uma lista quase infinita.

Sofia se contorce de indignação, mas sabe que qualquer indignação só faz sentido se traduzir-se em organização popular. Se não for assim, não vale a pena. Vira úlcera e, não, força revolucionária.

A balsa já está no meio do rio. Ainda faltam 20 minutos de travessia. Sofia vai ao Sudeste, em pensamento. Repara o milho retorcido do sol à beira do Turvo, magro de água, no município de Guaraciaba. Ali, e em todo o Sudeste do Brasil, as pessoas estão assustadas com a seca, cujo estresse se agrava com sua intensa exposição na grande mídia.

Agora chove! Chuvinha mansa, mas o fantasma da falta d'água continua como trauma. Ele bate à janela! Veio uma vez e poderá voltar logo!

Veio, militante exemplar do MAB, relativiza a questão, mas sem tirar-lhe um pinga de sua gravidade: 'De tempos em tempos, há grandes enchentes ou secas prolongadas, em janeiro é comum invernada de chuva ou veranico, o tempo da natureza é maior que o nosso'. Sofia o escuta e se cala, vendo nele algo do pensamento dialético, para além do imediatismo e de posições fanáticas. Mas o fato é que minas somem, córregos minguam, rios emagrecem, lagos se esvaziam, camponeses perdem sua plantação. O que se ouvia de longe agora está no quintal de casa.

A mídia, por sua vez, fala muita bobagem! Fica medindo gotas de água que caem sobre o Cantareira ou xingando São Pedro por não despejar, lá, as águas que inundam São Paulo. Ora bolas! A grave situação de abastecimento de água em São Paulo e no Rio de Janeiro tem tudo a ver com a 'seca' em Minas Gerais, particularmente, e nada a ver com o pobre do Santo. A bem da verdade, a crise atual não é de água nem de energia, é de gestão e de projeto de desenvolvimento.

CONT.



Minas Gerais tem apelido de Caixa D'água por ser nascente de grandes rios. Como está a Caixa D'água? Solo impermeável pela pastagem sem fim em braquiária; milhares de minas pisadas e repisadas pelo gado; brejos e fontes atravessados por minerodutos, cada qual levando água de até quatrocentos mil habitantes; enchentes torrenciais com água barrenta sobre as terras acidentadas, desmatadas, erodidas, indo embora, sem recarga das bacias hidrográficas por anos seguidos; montanhas de minério, que guardam e purificam água, sendo roídas e jogadas no trem da Vale; a privatização de setores estratégicos à soberania do país; envio bilionário de dividendos a acionistas estrangeiros sem os investimentos necessários na qualidade dos serviços; planejamento de exploração dos bens naturais à base do apetite insaciável do capital.

É isso! A pressão do capital quebrou a Caixa D'água! É esse descalabro que faz de uma estiagem (quase) normal um ponto de guerra. Procura naturalizar-se a seca, ela, no entanto, é uma questão de classe!

Os operadores do sistema, por sua vez, enquanto estão por cima da carne seca, vendem e compram a própria mãe, corrompem-se com rios de dinheiro desviados, afundam-se na política do compadrio e do toma lá dá cá, fazem as costuras mais descabidas em nome da governabilidade, colocam-se como deuses, são prepotentes e arrogantes, reinam sozinhos, e decidem em seus escritórios e palácios o que fazer do Mundo. Se, porém, a engrenagem falha, aí eles vão ao povo para culpá-lo ou fazer remendos: trocar a geladeira, marcar tempo de banho, evitar o chuveiro na hora de pico, dar descarga pela metade, multar, plantar uma árvore. Tudo isso são iniciativas importantes, mas periféricas. Os números da água são elucidativos: 70% para o Agronegócio, 22% para as indústrias, apenas 6% para as residências. Isso mostra quem é o vilão e onde as mudanças profundas precisam ocorrer.

A lógica mais elementar indicaria que esses sinais de colapso no sistema de abastecimento de água e de energia deveriam impor mudanças ao rumo do 'desenvolvimento'. Mas não! A lógica do capital é a acumulação. E, no comando, ganha em qualquer conjuntura. Economia, racionamento, escassez, horário de verão, novas tecnologias são palavrinhas mágicas que transformam um ambiente adverso em oportunidade de mais exploração. As contas de luz poderão subir até 70%. Chantagens e boicotes poderão amolecer, ainda mais, o já tão 'benevolente' licenciamento ambiental.

A balsa range na barranca do Xinguzão. Sofia, num meio sorriso, pega sua carona numa certeza: é preciso alimentar outra sede, o trabalho de base, o poder popular.

Foto: Obras da barragem de Belo Monte, no Rio Xingu, na Floresta Amazônica, estado do Pará (Mario Tama/Getty Images)



Câmara aprova texto principal de projeto sobre recursos genéticos com retrocessos
SÍTIO ISA, 10.02.2015

Votação de destaques está marcada para a tarde desta terça (10/2), mas há poucas chances de mudanças importantes no projeto. Texto traz várias restrições aos direitos de povos indígenas e tradicionais

A Câmara aprovou, na noite de ontem (9/2), o substitutivo do Projeto de Lei (PL) 7.735/2014 do deputado ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS), que pretende facilitar o acesso de pesquisadores e indústrias aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade. O projeto trancava a pauta do plenário há mais de sete meses.

Um acordo costurado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), permitiu a votação do texto principal, deixando a análise dos destaques para a tarde de hoje. A perspectiva de alteração substancial da proposta nessa nova votação é pequena. Depois disso, o PL segue para o Senado.

A proposta traz uma série de retrocessos para povos indígenas e tradicionais. Por exemplo, não prevê que essas populações possam negar o acesso a seus conhecimentos e restringe seu direito à repartição dos benefícios oriundos da exploração econômica desses conhecimentos.

Segundo o texto aprovado ontem, essas comunidades só terão direito a alguma compensação se o conhecimento tradicional for "elemento principal de agregação de valor" do produto desenvolvido a partir dele e se este produto for incluído numa lista que será elaborada por alguns ministérios. Além disso, produtos desenvolvidos com base em acesso a conhecimentos tradicionais realizado antes de junho de 2000 também estarão isentos de repartir benefícios com essas populações ([leia análise do ISA sobre o projeto](#)).

Ruralistas comemoram

Os ruralistas comemoraram a aprovação do substitutivo, que prevê isentar produtores rurais do pagamento de royalties pelo uso de sementes de espécies exóticas de commodities introduzidas no País, como soja, milho e arroz.

"Tudo o que foi possível ser colocado para preservar os interesses das comunidades tradicionais foi colocado", defendeu Moreira, que rejeitou as mais de 170 emendas apresentadas ao PL até então (mais 50 foram apresentadas no plenário ainda ontem). "Em toda a construção do texto o governo participou de cada detalhe", informou.

Apenas PT, PSOL, PCdoB e PV votaram contra o substitutivo. O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), liberou a base aliada para a votação do texto, finalizado, no final do ano passado, por representantes de ministérios, ruralistas e empresários, sem participação de povos indígenas e tradicionais e organizações da sociedade civil.

CONT.



O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Cavalcanti, disse que estava otimista com a aprovação do substitutivo. "O assunto vinha sendo discutido há muito tempo e é importante que se avance", comentou.

Deputados como Ivan Valente (PSOL-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Sarney Filho (PV-MA) e Alessandro Molon (PT-RJ) voltaram a denunciar que representantes de povos indígenas e tradicionais não foram ouvidos na elaboração do projeto ([leia carta dos movimentos sociais](#)).

Alceu Moreira alegou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi ouvida e representa os índios e que integrantes de populações tradicionais também foram consultados. "Que tipo de discussão queriam? Que eu fosse fazer uma assembleia geral no meio de uma tribo? E o que tiraria dali? Nós imaginamos que o grau de representação naquela mesa [de negociação] era suficiente e responsável para representar quem devia estar lá?", afirmou.

O que são os recursos genéticos?

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais. Já os recursos genéticos da agrobiodiversidade estão contidos em espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades indígenas e tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria, crime que o PL 7.735 também pretende coibir e punir.



Encontro debate divulgação dos Jogos Indígenas no exterior

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.02.2015

Competição mundial acontecerá em Palmas (TO) de 15 a 27 de setembro, com a presença de mais de dois mil atletas de 30 países

O presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Vicente Neto, reuniu-se esta semana com o prefeito de Palmas (TO), Carlos Amastha. O encontro teve como objetivo debater a divulgação dos Jogos Mundiais Indígenas (JMI) no exterior.

Os Jogos acontecerão de 15 a 27 de setembro, na capital tocantina, com a presença de mais de dois mil atletas de 30 países. "Dando continuidade à parceria de sucesso estabelecida com o Ministério do Esporte, propomos a realização de ações de promoção turística do Brasil no mercado internacional, por meio do apoio à divulgação dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas", disse Vicente Neto.

Na reunião, o presidente da Embratur reafirmou que realizar os Jogos no Brasil é uma oportunidade para mostrar ao mundo toda a nossa diversidade, além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas. "O sucesso desse evento se converterá em importante promoção internacional do País, com resultados positivos para a imagem do Brasil e tem grande perspectiva de inserção de destinos turísticos do Estado do Tocantins e de outras regiões brasileiras", disse ele.

O intuito agora é associar a promoção do Brasil às manifestações culturais indígenas mais representativas (a gastronomia, a música, a dança e o artesanato) como ferramentas de fortalecimento da imagem do País como destino turístico único.

Para cumprir o objetivo, a Embratur vai intensificar a presença da cultura indígena na feira ITB (International Tourism Bourse), em Berlim (Alemanha), de 4 a 8 de março, com ações específicas junto aos operadores e agentes de viagens, imprensa especializada e formadores de opinião. A proposta é ter um espaço de exposição da cidade de Palmas dentro do estande do Instituto, além de apresentação cultural de grupo indígena.

Crescimento

Dos turistas alemães que vem ao Brasil a lazer, quase 40% procuram o segmento Natureza, Ecoturismo e Aventura. "O apoio da Embratur é fundamental para o sucesso dos Jogos. Todo o estado de Tocantins tem um enorme potencial turístico que precisamos promover, além dos já conhecidos Jalapão e o artesanato com capim dourado. Temos cidades históricas e inúmeros locais para o Turismo de Aventura", destacou o prefeito de Palmas, Carlos Amastha.

CONT.



Também está prevista a participação da capital tocaninense em ações de relacionamentos com a imprensa internacional durante a feira e workshop para apresentar os Jogos Mundiais Indígenas ao público de interesse.

Outras iniciativas

A parceria com Embratur teve início em 2014, com a divulgação do evento durante a realização das feiras WTM – World Travel Market, em Londres (Inglaterra), e na EIBTM, em Barcelona (Espanha).

Com o mote “Em 2015, somos todos indígenas”, a capital do Tocantins está se preparando para receber atletas de dezenas de etnias de todo o mundo. Foi criada a Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas, responsável por toda a organização do evento.

Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 22 etnias devem participar da competição. Apenas no Tocantins existem sete etnias com uma população aproximada de 10 mil pessoas. Tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, futebol de campo, xikunahati (futebol de cabeça), natação e atletismo estão entre as modalidades que serão disputadas em Palmas.

Os Jogos dos Povos Indígenas surgiu no Brasil em 1996, em Goiânia, realizado pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, com apoio do governo federal. Desde então, 13 edições nacionais já ocorreram. Agora, será a primeira vez que os Jogos serão mundiais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Turismo.